

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

PIO XII E O HOLOCAUSTO: um ensaio

LARISSA ALCÂNTARA VENÂNCIO
UBERLÂNDIA, 09 DE JULHO DE 2010

LARISSA ALCÂNTARA VENÂNCIO

PIO XII E O HOLOCAUSTO: um ensaio.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. André Fabiano Voigt

Uberlândia, Julho de 2010.

VENÂNCIO, Larissa Alcântara Venâncio, 1985-

Pio XII e o Holocausto: um ensaio.

Larissa Alcântara Venâncio. – 2010.

Orientador: André Fabiano Voigt

Monografia - Universidade Federal de Uberlândia, programa de graduação
em História

LARISSA ALCÂNTARA VENÂNCIO

PIO XII E O HOLOCAUSTO: um ensaio.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Fabiano Voigt

Prof. Dr. Deivy Carneiro

Prof. Dra. Rosangela Patriota Ramos

Dedicatória:

Mais uma etapa está sendo concluída na minha vida! E quero agradecer a todos aqueles que me ajudaram e me apoiaram. Primeiramente, eu quero agradecer a Deus pelas oportunidades e por não ter me deixado desistir nas horas mais difíceis; à família que sempre torceu por mim; a minha irmã Lígia pela força, pela paciência, por me acolher e por me orientar nos momentos mais difíceis; agradeço também ao meu namorado Breno, pelo companheirismo, pela dedicação e pelo seu amor. Não posso deixar de me lembrar dos meus amigos que não deixaram de torcer por mim e também pelas novas amizades que construí ao longo do curso. Mas aqueles para quem dedico a minha conquista são os meus pais, Artur e Nilva. Eu vou ser eternamente grata a eles por tudo o que renunciaram em favor dos meus sonhos. Pai e mãe, vocês são o meu maior exemplo; obrigada por todo carinho, amor e dedicação!

Agradecimento:

Eu quero agradecer a todas aquelas pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização desse trabalho. Em especial, quero agradecer ao André Fabiano Voigt, o meu orientador, por todas as vezes que me ajudou, por ter várias vezes esclarecido minhas inúmeras dúvidas e agradecer, principalmente, pela sua dedicação e paciência.

Agradeço também aos vários professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, entre eles, em especial, ao Pedro Caldas, que desde o início do curso me incentivou e me ajudou. Além disso, sou grata à Universidade que me propiciou uma boa formação através dos docentes e funcionários.

Ademais, agradeço também pela disposição da banca examinadora em fazer parte da realização do presente trabalho. Enfim, agradeço a todos aqueles que colaboraram para a execução dessa pesquisa.

Resumo:

Este trabalho pretende estabelecer um debate historiográfico a respeito da relação entre a Igreja Católica Apostólica Romana – sobretudo na figura do então Papa Pio XII – e os judeus, principalmente no tange ao Holocausto. A análise das encíclicas expedidas pelo Papa, durante o final da década de 1930 e o início da década de 1940, bem como dos argumentos lançados pelos historiadores que estudam o tema, permite ver que não se trata de possuir uma visão “realista” a respeito do silêncio de Pio XII, mas sim, de retomar um debate que trate deste assunto como acontecimento, questionando o realismo historiográfico.

Palavras Chaves: Pio XII, holocausto, nazistas, silêncio, encíclica.

ABSTRACT:

This work aims to establish a historiographical debate about the relationship between the Roman Catholic Church - especially the Pope Pius XII - and Jews, mainly in relation to the Holocaust. The analysis of the encyclical issued by Pope, during the late 1930s and early 1940s, as well as the claims made by historians who study the subject, we can see that it is not about having a vision "realistic" about the silence of Pius XII, but to resume a debate that addresses this issue as an event, questioning the historiographical realism.

Keywords: Pius XII, the Holocaust, Nazis, silent, encyclical.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 -.....	23
CAPÍTULO 2 -.....,,,	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

Introdução

Este trabalho assume, logo de início, um desafio: abordar a polêmica relação entre a Igreja Católica Apostólica Romana, então liderada pelo Papa Pio XII, e sua postura a respeito do Holocausto nazista, ocorrido na década de 1940. Tratar da relação entre o Vaticano à época de Pio XII e o Holocausto é um tema que merece, de qualquer maneira, um amplo e cuidadoso debate prévio acerca das dimensões teórico-metodológicas adotadas neste trabalho, tanto para a definição de algumas características do que se pode entender por “fascismo”, quanto para as escolhas narrativas realizadas para esta pesquisa. Desta forma, torna-se relevante discutir este assunto a partir das considerações de alguns autores que possam contribuir para a delimitação da abordagem temática.

Em primeiro lugar, a abordagem de Francisco Carlos Teixeira da Silva, em seu texto intitulado *Os fascismos*, traz algumas afirmações importantes para a definição dos fascismos na história contemporânea. Francisco Silva, apesar de ter uma visão *fenomenológica* dos fascismos, não os vê, por outro lado, como um movimento morto, pois acredita que o fascismo tem um papel político contemporâneo e que não está aprisionado no passado, ou seja, é uma possibilidade contemporânea – pode-se perceber, segundo esse autor, que o movimento fascista está além do período entreguerras e da Segunda Guerra Mundial.

Outro ponto bastante importante na discussão de Silva é a distinção didática que ele faz ao descrever o fascismo histórico (aquele que ocorreu no período de 1920 até 1945) – trata-se de um movimento político de extrema direita, nacionalista e autoritário -, e o “fenômeno fascista que surge como uma possibilidade da moderna sociedade de massas”¹.

O autor fala que muitas vezes diversos historiadores trabalham como se o fascismo tivesse feito parte apenas de uma etapa da história da Alemanha e às vezes da Itália, mas ele chama atenção para o que chama de “autonomia dos movimentos fascistas”², contrariando a ideia do movimento apenas nesses dois países e demonstrando a possível universalidade do fascismo: “A tese da universalidade possível do fascismo implica a

¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge LUIZ & ZENHA, Celestina (Org.). O século XX. O tempo das Crises (Revoluções, Fascismos e Guerras). . Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000. p. 113

² IBID., p. 115.

rejeição da exclusividade alemã do fenômeno, o que nos obriga a aclarar previamente o que se considera, nesse caso, como fascismo.”³

A partir de então, o autor fala a respeito da desnazificação da Alemanha – que seria a procura do esquecimento do regime nazista -, que está minimamente ligada à reconstrução da Europa, destruída pela Segunda Guerra Mundial. Ademais, pode-se afirmar que a desnazificação da Alemanha não se deu de forma completa, pois houve um rápido esquecimento do nazismo para armar a Alemanha contra a “invasão” socialista da URSS, e a historiografia consolidou alguns mitos na própria Guerra Fria, nas palavras do autor:

O confronto baseava-se na equação: de um lado, os esforços de identificar fascistas e seus aliados; e de outro, a preocupação crescente em estabelecer o mais rápido possível o esquecimento sobre a extensão do fenômeno fascista. Assim, o fascismo, para muitos, ficou circunscrito ao nazismo (a variante alemã) e associado (o que é correto) exclusivamente (o que não é correto) à história alemã.⁴

Silva fala também a respeito da contestação do nazismo como algo histórico e da demonização da História alemã, o que propiciava certo apaziguamento, uma vez que absolvía outros regimes fascistas e circunscrevia apenas a história alemã. Muitos autores acreditaram que o que ocorreu no regime nazista alemão não ocorreria outra vez, então seria uma possibilidade histórica encerrada.

Francisco Carlos Silva afirma que:

(...), o papel da massa, em especial dos trabalhadores, é largamente negligenciado. Para tais vertentes, a falta de uma verdadeira política – no sentido liberal do seu exercício – levaria ao puro e agudo sentido de oportunismo, obrigando os regimes a lançar mão dos meios violentos, amparados em uma polícia secreta eficaz e numa propaganda ideológica maciça. O resultado para as grandes massas seria a participação mecânica ou a militância fanática.⁵

Adiante, o autor fala a respeito do fenômeno no momento atual – chamado pelo autor de fascismo contemporâneo. Silva afirma que, para existir tal fato, é necessária a participação das chamadas massas populares, de modo que são elas que propiciam o domínio fascista. O autor citou o exemplo de 1991 na Europa, que reivindicava ideologias parecidas com a do fascismo histórico, de modo que a historiografia nega qualquer ressurgimento desse movimento em questão e afirma que essa possibilidade não passa de

³ IBID., p. 118.

⁴ IBID., p. 117.

⁵ IBID., p. 120.

“invenção dos dogmáticos de esquerda” ⁶. Todavia, para Silva, estes fatos deixam claro que os argumentos de defesa do fascismo como um fenômeno histórico, relegado a uma determinada época, enfraquecem. O autor alega que tais movimentos – fascismo histórico e fascismo contemporâneo – não podem ser analisados de um mesmo modo e nem com os mesmos métodos.

Ademais, Francisco Silva procura um modelo de análise dos fascismos, e procura coerência tanto nos âmbitos externos quanto nos internos, sendo que a primeira procura no próprio fenômeno e na sua prática; já a segunda: “(...) embora voltada exclusivamente para o processo interno de fiscalização de cada país, apontava seguidamente para as mesmas características (...): antiliberalismo, antidemocratismo, antissocialismo.” ⁷ O autor não deixa de afirmar, por outro lado, que estão presentes também as questões nacionalistas, assim como o anti-universalismo, demonstrando como a influência externa era malquista no fascismo, além de alegar que são traços diversos que dão coerência a tal fenômeno. Em seguida, ainda nesse aspecto, Silva, fala do método comparativo que pode ser utilizado também na análise do fascismo e que tal método deverá considerar o estilo político, os objetivos e as formas de dominação, assim como a ideologia adotada.

Nesse sentido, para o autor, no Estado fascista há o controle de tudo, até mesmo do lazer daqueles que vivem nesse Estado. Está presente também a hierarquia. Vale dizer então que Francisco Silva vê o fascismo com agrupamento de formas políticas que tem bastante coerência, mas que possui traços diversos. Ele afirma ainda que se trata de um Estado orgânico, harmônico, sem contradições, sem lutas partidárias, antiliberal, anti-parlamentarista e com a presença de uma liderança carismática.

Deve ser mais bem expostas algumas questões como antiliberalismo e antiparlamentarismo, que o fascismo acusa de propiciar as crises contemporâneas, alegando assim a falência do sistema liberal. Além disso, o programa fascista não acreditava no parlamento, pois, para o mesmo, apenas o Estado deveria se incumbir das necessidades da nação, e não um intermediário. Outro ponto em destaque é a diferenciação entre público e privado no liberalismo. Conforme o autor, esta diferenciação, de acordo com o discurso fascista, é

(...) elemento marcante da ordem social liberal. (...). Nenhuma organização política, moral ou econômica pode permanecer à margem do Estado. O poder é concebido, por excelência, como

⁶ IBID., p. 121.

⁷ IBID., p. 122.

ação: um poder que reconhece limitações à sua ação está vocacionado ao não-poder, à impotência.⁸

Outro ponto em questão ainda nessa sociedade é que cabia ao Estado funcionar como um corpo em total harmonia – a luta partidária traria um desequilíbrio ao organismo –, sendo que tal harmonia deveria ser equilibrada por um líder, uma figura carismática, que deveria ser o cérebro desse corpo. No Estado fascista, o princípio da liderança estabelece “a autoridade de cada líder, de cima para baixo, e a correspondente obediência, de baixo para cima.”⁹ Os poderes estavam, então, em volta do líder, que garante a unidade mínima do Estado, gerando assim uma total autonomia do executivo. Silva chama esta característica de *policracia*, afirmando que o Estado no fascismo é apenas um instrumento que deve garantir a existência da comunidade nacional, que deverá reconstruir a identidade do país, pois a mesma foi destruída com o Estado liberal – sociedade industrial e de massas. Nesse contexto, Francisco Silva alega que o fascismo se utiliza do “metapolítico”, “sua capacidade de propor formas eficientes de resistência à transcendência, à eterna mudança geradora da insegurança e da anomia”¹⁰, de modo que isso, para o autor, é a mistura do âmbito privado com o público, possibilitando ao Estado saber todas as esferas da vida dos cidadãos.

Havia também a negação do marxismo, pois o Estado fascista “propunha um Estado como a corporação do trabalho, superclassista e acima dos interesses privados e de suas representações partidárias”¹¹, de modo então que a economia deveria servir ao Estado para, assim, poder servir ao povo. Desta maneira, o Estado fascista propunha uma “terceira via”, onde não haveria conflitos das sociedades de massas e seria então o “verdadeiro socialismo”, pois não estaria ligado ao bolchevismo internacional: seria verdadeiro porque seria nacional e contribuiria pra o progresso da nação.

Além disso, Silva diferencia-se um pouco de alguns autores que discutem o fascismo, como por exemplo Adorno, ao afirmar que não se devem procurar as causas do fascismo nas vítimas (judeus, ciganos, homossexuais, deficientes, etc.), mas sim nos *algozes*, na sua incapacidade de amar a si próprios e aos outros. Isso já estava impregnado na educação fascista, uma vez que deveria esquecer os seus próprios sentimentos, ou seja, deveriam ser duros consigo, o que levaria a ser duros com os outros, e isso levaria a “destruição do eu” e à negação do outro.

⁸ IBID., p. 132.

⁹ IBID., p. 134.

¹⁰ IBID., p. 139.

¹¹ IBID., p. 142.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que ódio está ligado à alteridade, de modo que todo aquele que era diferente era inferior, e isso caracteriza a negação da diferença no Estado fascista, pois o mesmo já tinha ideia daquele que seria o homem ideal e com certeza não era o diferente. Além do mais, segundo Silva, a perseguição está ligada àquelas sociedades que são ditas solidárias (vítimas), do mesmo modo em que está relacionada também à questão de que, nas crises, havia uma mentalidade de que apenas os fortes poderiam “sobreviver”, e isso fez com que a capacidade de amar a si mesmo e aos outros fosse diminuída. Sendo assim, essas habilidades de amar foram transmitidas especialmente para o partido político, para o líder e para a nação, de modo que as tradições já estariam falidas, e isso gerou uma frieza generalizada nessa sociedade, possibilitando a eliminação do outro que não estava apto para aquela determinada ordem.

Em suma, para Silva o fascismo deve ser considerado como algo que está além das análises que o circunscrevem como fenômeno puramente histórico, apontando para sua visibilidade em muitas práticas contemporâneas, como a *destruição do eu e a negação do outro*.

Pode ser mencionado nessa parte teórica do trabalho o autor Robert Paxton¹², que discute, por outro lado, o fascismo como fenômeno histórico e para isso utiliza três parâmetros de discussão: as teorias marxistas; teorias não-marxistas e a teoria do bonapartismo. Quanto às teorias marxistas, Paxton divide-as entre *leninista* – de maneira que o fascismo é utilizado pelo capitalismo para persuadir a propriedade privada, ou ainda os seus proprietários – e *gramsciana*, que trata o fascismo como uma estrutura de poder. As teorias não-marxistas, por sua vez, tratam o fascismo como sendo um movimento contra o progresso. Por último, a teoria do bonapartismo faz uma relação direta entre o fascismo e o 18 Brumário.

Para o autor em questão, a palavra fascismo é muito ampla e o seu significado vai além daquilo que estamos habituados a falar e ver. Para isso, ele apresenta alguns elementos, tal como a figura do líder, de modo que, em sua abordagem, é impossível pensar fascismo sem uma liderança carismática. Outros dois elementos são o anti-semitismo – pois a maioria dos fascistas tinha horror à miscigenação – e o anti-individualismo, já que pensavam o fascismo como um coletivo e, além disso, dramatizavam a própria história de tal modo que é como se a história fosse uma grande ópera, que necessitava da figura de um herói. Nas palavras do autor:

¹² Robert Paxton discute o aspecto histórico do Fascismo, o que o diferencia do primeiro autor citado – Francisco Teixeira Silva – que discute também o aspecto contemporâneo do Fascismo.

O fascismo não repousava na verdade de sua doutrina, mas na união mística do líder com o destino histórico de seu povo, idéia essa relacionada às idéias românticas de florescimento histórico nacional e de gênio individual artístico ou espiritual, embora, em outros aspectos, negasse a exaltação romântica da criatividade pessoal desimpedida. O líder queria levar seu povo a um campo mais elevado da política, campo que podia ser experimentado de forma sensual: o calor de pertencer a uma raça agra plenamente consciente de sua identidade, destino histórico e poder; o entusiasmo de participar de uma vasta empreitada coletiva; a gratificação de deixar-se submergir numa onda de sentimentos coletivos e de sacrificar as próprias preocupações mesquinhas em favor do interesse grupal; e a emoção do domínio.¹³

Na visão de Paxton, o Estado fascista e o Estado totalitário são construídos para não deixar brechas. Paxton discute os estágios em que passa um estado fascista de forma que são necessárias pré-condições para a existência desse tipo de Estado: a luta pelo poder, a tomada do poder, a execução desse poder – que se dá através da relação partido e líder. Nesse sentido, é válido dizer que não é sempre que o fascismo termina em holocausto. Para Paxton, as condições preexistentes para o surgimento do fascismo se dão com a desilusão do progresso e, ademais, com o uso de raízes intelectuais, tais como o darwinismo e a psicanálise.

Para Paxton está presente no regime fascista, de uma maneira mais específica no exercício, o estado “dual”, de forma que haverá a relação partido/sociedade civil, Estado/líder, o que é chamado de quadrilátero. É possível dizer que, segundo Paxton, havia certas tensões entre as relações internas dos quatro elementos do Regime Fascista (Estado, líder, sociedade civil e Partido). Tais tensões dão-se da seguinte forma: “como base o braço-de-ferro e a liderança carismática entre fascistas e conservadores, líderes e partido, partido e Estado.”¹⁴ De acordo com autor:

Todas essas persistentes tensões internas aos regimes fascistas opunham entre si os quatro elementos que, conjuntamente, forjaram essas ditaduras a partir de sua conflituosa colaboração: o líder fascista, o partido (...), a máquina estatal (...) e, por fim a sociedade civil. Essa quádrupla tensão conferiu a esses regimes sua característica mistura de ativismo febril e infirmitade. A tensão era permanente dentro dos regimes fascistas porque nenhum dos grupos poderia dispensar por completo os demais.¹⁵

¹³ PAXTON, Robert O. Anatomia do Fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 39

¹⁴ <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/142/107>

¹⁵ PAXTON, Robert O. Anatomia do Fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 205-206..

Outra autora que se pode discutir a partir desse ponto é a Hannah Arendt, cuja discussão procede do conceito de Estado totalitário. Em primeiro lugar, é importante dizer que o totalitarismo só existe dentro do Estado, não é possível vê-lo fora, ao contrário do fascismo¹⁶. Para a autora, o poder totalitário é um movimento constante, sendo que não há limites para ele em todos os aspectos. No totalitarismo, não há brechas e, de acordo com Arendt, no fascismo existem algumas, já que é levada em conta a vontade da sociedade civil. É possível dizer que, no caso do totalitarismo, há o desconhecimento até mesmo de quem se deve obedecer – “não existem níveis intermediários definidos.”¹⁷ Nessa perspectiva, ela relaciona alguns pontos importantes da sociedade civil no caso do poder e o Estado – neste ponto, vale dizer que o Estado já existia antes do totalitarismo – o Estado totalitário afeta diretamente as próprias pessoas que trabalham nele. No caso da relação entre o líder e o poder, não está presente aqui qualquer tipo de liberdade e a espontaneidade deixa de existir. Constrói-se, então, uma visão irreal, ou seja, o cotidiano das pessoas passa a ser construído através de uma mentira. Para o líder, o princípio, antes de qualquer coisa, é a liderança do movimento, e a relação entre o poder e o partido se dá através da polícia secreta. Uma consideração importante nesse ponto é que o partido e o Estado aparecem no regime totalitário como *elemento de tensão*. De acordo com Arendt:

O domínio totalitário, porém, visa à abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade. Essa ausência da autoridade hierárquica no sistema totalitário é demonstrada pelo fato de que, entre o supremo poder (o Führer) e os governos, (...), cada um com o seu devido quinhão de autoridade.¹⁸

O totalitarismo, na visão de Arendt, exerce um domínio total nos indivíduos e tira toda espontaneidade do ser humano, e então a raça humana passa a ser tratada como se fosse um único ser: “(...) a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos, como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações.”¹⁹ A autora fez uma revisão do conceito de *pacifismo*, do conceito da *morte em massa* e aqui surge então a *morte jurídica* – que é a relação entre a criminalidade e o fim da idéia de intencionalidade – a *morte moral*, que é a morte da possibilidade dos gestos heroicos, da solidariedade e, por fim, a

¹⁶ É ao contrário daquilo que o Paxton discute. Diferença entre FASCISMO e TOTALITARISMO.

¹⁷ ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 455.

¹⁸ IBID., p. 455.

¹⁹ IBID., p. 488.

morte da individualidade, que como já foi dito, é a aniquilação da espontaneidade. E assim, surge a *apatia*, que é o objetivo máximo do Estado totalitário.

Hannah Arendt faz uma relação entre a ideologia e terror e, para tal, diz que deve se entender a idéia de *tiranía da lógica*, todo e qualquer ato humano tem que ser necessariamente incluído no conceito global – enfim, é um conceito que não pode ser negado. Para a autora, o regime totalitário é uma opção das pessoas que vivem nele e, para isso, aponta algumas condições necessárias, tais como o isolamento e a solidão – a solidão é a grande novidade do Estado totalitário, pois o isolamento é comum nos regimes autoritários, uma vez que os indivíduos se afastam totalmente da vida pública, todavia ainda tomam decisões morais, já que ainda tomam conta da sua vida privada. Já na solidão, surge a destruição da vida privada do indivíduo e limita a “capacidade humana de sentir e pensar tão seguramente como destrói a capacidade de agir”.²⁰ Assim, o homem perde muito da capacidade de pensar e refletir sobre a realidade em que vive, já que a perda da participação da vida pública e até mesmo a destruição da vida privada leva os homens a perderem a noção da realidade fazendo os aceitar o regime totalitário, então surgem homens apáticos que fazem parte da sociedade de massas. Além disso, o Estado totalitário procura limitar toda a relação pública e privada entre as pessoas, de modo que isso infere no modo de pensar e agir desses seres humanos, levando-os ao aniquilamento da capacidade de tirar suas próprias conclusões.

Após essa breve apresentação dos conceitos fascistas, para Paxton, e de totalitarismo, para Hannah Arendt, é possível fazer uma comparação entre os campos de cada conceito, como já foi dito antes. Em primeiro lugar, é importante dizer que totalitarismo e fascismo não são sinônimos e que Hannah Arendt tem uma preocupação com a análise política do regime totalitário, ao contrário de Paxton, que leva em consideração questões sociais do regime fascista.²¹

No plano social, Paxton alega uma relação ambivalente, já que o Estado leva em consideração que a sociedade civil tinha desejos e necessidades, apesar da opressão. Na visão de Arendt, há uma desorientação na sociedade civil, já que a mesma não sabe a quem recorrer para solucionar os seus problemas, é possível notar que no Estado totalitário há uma certa “confusão” na hierarquia.

²⁰ IBID., p. 527.

²¹ Claro que a obra desses dois autores não se reduz a apenas essas questões políticas e sociais apresentadas, porém o objetivo nessa parte do texto é demonstrar as diferenças de abordagens entre eles – Paxton e Arendt -, e uma delas é como cada um deles abordam determinadas questões, sendo que Arendt tem uma preocupação mais política e Paxton uma preocupação mais social dentro do tema trabalhado por eles.

No campo ideológico, Paxton acredita que o fascismo está ligado mais a uma ideia de concepção nacionalista do que de movimento, e isso se dá na exarcebação do sentimento nacional. Já Arendt, por sua vez, acredita que o totalitarismo se confunde com as ideias de movimento constante. A polícia secreta vigia a vida de todos.

No campo estatal, Paxton aponta um certo conflito no Estado entre conservadores e fascistas, enquanto Arendt fala de estabilidade garantida pelo poder; para ela trata-se de um poder “amorfo” – com capacidade para tomar decisões que poderiam ser levadas adiante, o poder tem condições estabelecidas independente de quem é o governante.

No caso da liderança, Paxton afirma que o líder é o mediador de conflitos, com considerável poder de decisão. Arendt afirma que o poder é indivisível. Já no partido, Paxton trabalha na perspectiva de que ele é homogêneo e trata-o como um processo, enquanto Arendt alega que há uma ênfase na polícia secreta e que ela é o verdadeiro coração do regime.

E a última comparação é o holocausto, de modo que Paxton trabalha com a possibilidade da existência de um holocausto em todos os Estados fascistas, embora nem todos tomem as proporções que o Holocausto nazista tomou. Já Arendt afirma que o holocausto se dá com a aniquilação da espontaneidade (morte jurídica, morte moral, morte individual). É salutar dizer que tanto Paxton quanto Arendt veem o holocausto como um processo dos regimes apresentados por ambos.

Além de todos esses autores aqui mencionados, outro que pode ser debatido no presente trabalho é o filósofo Jacques Rancière, que surge com nova discussão a respeito da escrita da história e a questão do holocausto, refletindo o papel do historiador e das suas escolhas narrativas na escrita da história do holocausto.

Inicialmente, Rancière coloca em debate o aspecto em que os enunciados do “fim da história” e do “fim da política” identificam-se, ou seja: ambos são o resultado do *realismo* contemporâneo, que une o real ao possível, relegando aquilo que seria impossível, conforme a mentalidade de uma época, à sua *negação*.

Por outro lado, os argumentos que negam a possibilidade do *acontecimento* do holocausto – ou seja, o *revisionismo* – são dificilmente combatidos pelos historiadores que partilham de um modelo realista de narrativa histórica, denotando “a incapacidade do realismo em replicar ao argumento de inexistência do real”.²² Para analisar essa questão, o autor utiliza-se de dois fenômenos: o debate acerca do extermínio dos judeus e a “lei que

²² RANCIÈRE, Jacques. Os enunciados do fim e do nada. In: _____. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 238.

proíbe aos historiadores aquela mentira que consiste em afirmar o não-ser do extermínio”.²³ De acordo com Rancière, os revisionistas alegam que o holocausto judaico é algo que não se pode provar através dos fatos, de causas e efeitos que não podem ser contemplados, além de não poder ser qualificado, pois se trata de um processo *objetivo*, mas que resulta de uma vontade *subjetiva*. Nas palavras do autor:

O ponto central da demonstração revisionista é simples e imutável. Consiste em mostrar que a demonstração do processo subjetivo/objetivo da *Vernichtung* suporia um encadeamento estrito das quatro causas aristotélicas, porém que esse encadeamento é impossível de ser estabelecido porque os efeitos das quatro causas não são todos concomitantes e comensuráveis em relação uns aos outros.²⁴

Rancière cita, como exemplo de argumentador revisionista, o autor Paul Rassinier, que defende a ideia da negação da existência do holocausto, pois, para comprovar a existência do holocausto dos judeus, “seria preciso poder manter coeso todo o encadeamento das causas e efeitos como passagem rigorosa da causa final à causa formal, em seguida à causa material e à causa eficiente.”²⁵ Rancière alega que os revisionistas argumentam que, sem essa comprovação, seria impossível classificar as mortes nos campos nazistas. Ainda sobre os revisionistas, segundo Rancière, quanto mais se prova a existência do holocausto, mas os revisionistas tornam-se radicais e negam a existência do mesmo, justamente porque estes seguem a mesma lógica do realismo, argumentando que o holocausto seria insustentável, na medida em que juntasse o possível, o real e o pensamento – não necessariamente nessa ordem fixa –, pois diante de uma sociedade moderna, seria impossível pensar em um extermínio de uma determinada raça ou grupo. O autor faz um paralelo dessas questões com relação ao “fim da história”:

Ora, é isto o que está em questão no conceito vago do “fim da história”; não a realização de um *télos* do movimento histórico, nem mesmo apenas a terminação da ideia da história como realização de um *télos*, mas o advento de um pensamento da história sob os conceitos da ciência histórica, numa racionalidade que é anti-acontecimento ou do fim do acontecimento.²⁶

Desta maneira, é possível notar que o autor critica essa ideia citada acima, uma vez que defende a ideia na qual a ascensão do revisionismo está ligada diretamente ao “realismo” historiográfico. Para Rancière, o relativismo não é o responsável pelos

²³ IBID., p. 238

²⁴ IBID., p. 239.

²⁵ IBID., p. 240.

²⁶ IBID., p. 242.

argumentos usados e propostos pelos revisionistas, mas sim o “realismo” historiográfico. Neste contexto, é possível falar que o revisionismo é a *supressão do objeto da história* – na medida em que suprime o acontecimento como temporalidade principal e inultrapassável da história. Todavia, afirma que a supressão do objeto histórico é permanente aos argumentos dos historiadores e então cita os *Annales*, afirmando que, depois deles, o acontecimento tem se submetido tão-somente às condições de sua *possibilidade*.

O autor estabelece – ainda nesse texto – uma breve análise a respeito de algumas diferenças entre os seus argumentos e os de Vidal-Naquet quanto à crítica feita aos revisionistas. Apesar de reconhecer que o Holocausto seja um verdadeiro fato histórico – e quando o revisionismo argumenta a respeito desse tema ele se torna falso – Rancière acredita que a racionalidade dos revisionistas é a mesma utilizada pelos historiadores, ou seja, eles utilizam os mesmo argumentos e mesma racionalidade que os não-revisionistas para negar a existência do extermínio. Destarte, não bastou a tentativa de Vidal-Naquet em afirmar que não há possibilidade de manter diálogo com os revisionistas como forma de rebater as suas ideias.

Mas uma vez o autor fala dos *Annales* como exemplo de modelo realista de narrativa histórica:

(...) o historiador exemplar de nosso tempo condiciona estritamente a questão da verdade à da possibilidade, identificando a questão dessa possibilidade com a própria questão do tempo. O que ele demonstra, no fundo, é a impossibilidade de que jamais comece o tempo que tornaria possível o tempo da ruptura com o tempo da impossibilidade.²⁷

Isso demonstra a mentalidade do historiador do nosso tempo, que é o oposto da valorização do *acontecimento*. Rancière assevera ainda que as “mentalidades” tentam não mencionar os acontecimentos, na medida em que tentam deixá-los inativos e tentam sujeitá-los à possibilidade de ter acontecido em sua própria época, fazendo com que o pavor do anacronismo sujeite o real à possibilidade.

A partir do raciocínio exposto por Rancière, é possível inferir que, para superar os argumentos revisionistas, não basta fechar as portas ao debate. O reconhecimento da *impossibilidade do modelo realista de narrativa histórica* – adotado entre historiadores dos *Annales* e revisionistas, os quais concebem o real como submetido apenas ao possível

²⁷ IBID., p. 247.

– talvez seja o único caminho para combater o revisionismo como argumento plausível na historiografia sobre o holocausto.

* * *

Diante destas questões expostas pelos autores, é possível notar que a análise historiográfica da relação entre fascismo e holocausto não pode estar circunscrita somente ao contexto da história alemã e/ou italiana, bem como não pode estar submetida a um “realismo” historiográfico que supõe apenas a realidade do acontecimento às condições de sua possibilidade. Mas, como escrever uma história do holocausto que prescindia do realismo? Ora, o abandono do realismo historiográfico como modelo de narrativa não pressupõe a redução de seu conteúdo à “ficção” – concebida como sinônimo de mentira – mas sim, torna possível trazer, ao acontecimento do holocausto, elementos até então considerados pouco visíveis na historiografia realista acerca do tema. Por isso, uma narrativa sobre o *colaboracionismo* pode ser, entre outras possibilidades, um caminho importante para compreender aspectos fundamentais da complexidade do holocausto como acontecimento histórico.

Embora o colaboracionismo não seja uma novidade em estudos históricos que tratam da Segunda Guerra Mundial e do holocausto, eles representam uma tendência historiográfica relevante na atualidade. Mesmo que não seja possível comprovar definitivamente a participação ativa de outros setores da sociedade europeia das décadas de 1930 e 1940, podem-se levantar evidências da participação parcial de instituições, como a própria Igreja Católica, no extermínio dos judeus e dissidentes do nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial.

Para tratar deste tema com uma proposta que procure sair das amarras do “realismo” historiográfico, optou-se por iniciar esta pesquisa por um ponto não-convencional na narrativa historiográfica. Por isso, o capítulo um gira em torno de uma ausência. Em vários documentos de autoria atribuída a Pio XII, não se encontra nenhuma evidência “real” de seu colaboracionismo ao nazifascismo.

Já o segundo capítulo discute como alguns historiadores e pesquisadores da relação entre o Vaticano de Pio XII e os nazifascismo tratam das questões relacionadas ao suposto colaboracionismo de Pio XII. Para isso, serão utilizados vários artigos e resenhas – incluindo documentos da fundação *Pave the Way* –, o livro *O papa de Hitler*, de John Cornwell e, por último, breves comentários acerca de um trabalho do autor David G.

Dalin. A maioria dos artigos e resenhas afirma a omissão e o silêncio de Pio XII durante os regimes nazifascistas, e a maioria dos autores liga tal omissão ao medo que o papa tinha do comunismo, além de discutir também a diplomacia de Pacelli. O livro de Cornwell também acredita que Pio XII se silenciou perante as atrocidades nazistas, discute a omissão do papa apesar de acreditar que ele ajudou de maneira particular os perseguidos pela guerra. A fundação *Pave the Way*, por outro lado, sai em defesa do Pio XII a partir de documentos que comprovam a ação de Pio XII em favor dos judeus. Serão citados também alguns autores que defendem a posição do papa e até uma homenagem feita por judeus a Pio XII, onde os primeiros agradeciam pela ajuda do papa durante as perseguições nazistas. Dalin, que também defende Pio XII, alega que o mesmo nunca foi omissos às questões de perseguição no período nazifascista, ao contrário, ele foi muito admirado pelos feitos durante tal período.

Portanto, este trabalho assume a proposta de iniciar com uma escolha narrativa que não põe, de início, nenhuma resposta pronta sobre a postura do Vaticano ou de Pio XII. Os próprios acontecimentos, em forma de palavras, formarão a trama desta história.

Capítulo 1: Pio XII e o colaboracionismo: notas sobre uma ausência

“Hoje, certo do assentimento e do interesse de toda gente honesta, queremos deter-nos, brevemente, com cuidado particular e igual imparcialidade, sobre as normas fundamentais de ordem interna dos Estados e dos povos”.²⁸

A partir da citação acima, observamos certa preocupação do papa Pio XII em manter a imparcialidade perante os fatos que estavam ocorrendo na Europa no início da década de 40. A encíclica “COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA”²⁹ foi escrita para o natal de 1942 e o papa alega que ainda que fosse necessário que o equilíbrio e a harmonia caminhassem juntos entre as negociações de paz – essa paz teria que inspirar paz entre os Estados. Pio XII continua falando a respeito da paz para Guerra e fala que são necessários cinco pontos fundamentais para a pacificação dos homens: “Dignidade e direitos da pessoa humana; Defesa da unidade social e particularmente da família; Dignidade e prerrogativa do trabalho; Reintegração da ordenação jurídica; Concepção do Estado segundo o princípio cristão.”³⁰ Nesse aspecto, pode-se questionar: é possível ver nessas declarações de Pio XII algo de suspeito? Ou melhor, essa imparcialidade de Pio XII colabora em algum aspecto com o regime nazista?

Nesta perspectiva, podemos citar outras encíclicas que também falam, nem sempre de forma clara, sobre questões relacionadas à Guerra ou ao regime nazista. Na encíclica “SUMMI PONTIFICATUS”³¹, Pio XII chama a atenção dos cristãos para o momento que estão vivendo e o denomina como a “hora das trevas”³². Outro ponto que é bastante interessante nessa escrita papal é quando ele fala a respeito dos perseguidos na guerra e sua “compaixão” sobre os mesmos. Mas quais eram os perseguidos? Doentes mentais? Ciganos? Católicos? Homossexuais? Judeus? Por que o papa não os menciona? Ele menciona a questão da Polônia estar envolvida na Guerra, ou ainda com as mortes, apesar da mesma ser uma nação totalmente ligada à Igreja Católica. Mais uma vez: que mortes? Será que o papa não chama a atenção dos fiéis católicos de maneira transparente para o que estava ocorrendo naquele momento em diversos locais da Europa?

(...) de almas que vivem como chamas de holocausto pelo triunfo da verdade e da justiça (...); a infeliz sorte dos feridos e dos prisioneiros; os sofrimentos corporais e espirituais, as

²⁸ XII, Pio. COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 118.

²⁹ Essa encíclica foi escrita no natal de 1942 e significa: “O santo natal e a humanidade sofredora”.

³⁰ XII, Pio. NELL’ALBA E NELLA LUCE in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 131-135.

³¹ Pio XII escreve essa encíclica em 20 de outubro de 1939, momento em que assume o pontificado

³² XII, Pio. SUMMI PONTIFICATUS in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 47.

mortandades, destruições e ruínas, que a guerra aérea leva e despenha sobre grandes e populosas cidades, sobre centros e vastas regiões industriais; as riquezas dilapidadas dos Estados, os milhões de pessoas que imana conflito e a dura violência vão lançando na miséria e na fome.³³

Na encíclica “NELL’ALBA E NELLA LUCE”³⁴ o Papa Pio XII fala da situação que se passava naquele momento, e segundo o papa tratava-se de um tempo trágico, cheio de angústias onde estavam presentes o sangue e as armas.

Adiante, Pio XII menciona os jovens e como as dificuldades da Guerra os atingiram e os sufocaram trazendo perturbações e ansiedades para o futuro. O Papa procura onde está a raiz do mal – da Guerra –, fala da descristianização, do bem e do mal, acredita também que isso está minimamente ligado a fé em Deus, ao mundo material e a política sem moralidade. Nesse sentido, Pio XII afirma que as relações entre os homens se davam de maneira física e mecânica, essa falta de amor leva a situações de “simples posse do poder às normas da ordem reguladora da convivência humana.”³⁵ Essa afirmação papal consiste em uma resposta aos motivos que levaram a população – principalmente alemã – a “aceitar” os horrores do nazismo? Trata-se um fator apenas moral? Será que como um papa apenas essas palavras de consolo serviriam para aliviar o sofrimento de milhões de pessoas? Por que não mais que isso?

Além disso, Pio XII sempre fala da esperança de paz entre os povos. Que paz seria essa? Entre os perseguidos e perseguidores? Entre os Aliados e o Eixo? Na maioria das encíclicas em que Pio XII menciona questões ligadas ao nazismo ele fala da tão sonhada paz – de acordo com os valores cristãos –, nas palavras dele:

No meio deste mundo, hoje em estridente contraste com a paz de Cristo no reino do Cristo, a Igreja e seus fieis acham-se em tempos e anos de provações, raramente conhecidos na sua história de lutas e de sofrimentos. (...) Sabe-se que a verdade que anuncia, e a caridade que ensina a prática, serão os conselheiros e cooperadores indispensáveis dos homens de boa vontade que desejem reconstruir um mundo novo, fundado na justiça e no amor, apenas a humanidade se canse de percorrer o caminho do erro e de provar os amargos frutos do ódio e da violência.³⁶

Esse trecho acima foi tirado da encíclica SUMMI PONTIFICATUS, de modo que Pio XII fala de esperança para os povos, de como eles devem agir para impedir o uso contínuo das armas, como os cristãos estavam sob provações naqueles difíceis tempos, do

³³ XII, Pio. NELL’ALBA E NELLA LUCE in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 101.

³⁴ Pio XII escreve essa encíclica em 24 de dezembro de 1941, trata-se de uma radiomensagem, cujo título é “Sobre as bases da nova ordem”.

³⁵ XII, Pio. NELL’ALBA E NELLA LUCE in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 104.

³⁶ XII, Pio. SUMMI PONTIFICATUS in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 48.

dever do cristão com o próximo – caridade durante a Guerra com aqueles que estavam sendo perseguidos. O papa fala de caridade – “Sentimento de benevolência, compreensão compaixão pelo próximo.”³⁷ - mas nos cabe pensar se o papa utilizou essa caridade que ele fala, será que ele foi caridoso com os perseguidos pelo nazismo? Será que a atitude dele não foi omissa diante dos fatos ocorridos, ou ainda, diplomática demais e acabou cooperando com os nazistas?

Nesta mesma perspectiva, Pio XII afirma na encíclica *NELL'ALBA E NELLA LUCE* que, para a paz realmente voltar, deveria haver participação de todos os povos, até mesmo daqueles que não estavam “participando” efetivamente da Guerra. “(...) para evitar tamanha desgraça, convém que nela colaborem com sinceridade de vontade e de energia, com propósitos de generosa contribuição, não só este ou aquele partido, não só este ou aquele povo, mas todos os povos, ou antes a humanidade inteira.”³⁸ Mas quem estava participando efetivamente da Guerra? Qual era o papel do Vaticano na Guerra, no regime nazista? Adiante, nessa mesma encíclica, Pio XII fala a respeito da nova ordem que deve acontecer depois³⁹ da trágica Guerra, de modo que divide essa nova ordem – baseada nas leis morais da Igreja - em cinco bases:

Nada de agressões contra a liberdade e a vida das nações mais pequenas; Nem opressão das minorias étnicas e das suas peculiaridades culturais; Nem açambarcamento injusto das riquezas naturais por parte de algumas nações com prejuízos das outras; Nem corrida aos armamentos nem violação dos tratados; Nem perseguição da religião e da Igreja.⁴⁰

Outra encíclica que pode ser citada com relação a essa discussão feita por Pio XII é a *COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA*, onde ele faz considerações sobre a Guerra e como deve ser a renovação da sociedade, fala também a respeito das responsabilidades de cada um diante da Guerra e mais uma vez discute sobre as ruínas trazidas por ela. Nesta perspectiva fala dos tratados de tornar a Guerra e os cativos menos sofridos, em determinado ponto Pio XII fala a respeito do progresso – mas não fica claro que progresso é esse. Outro ponto bastante importante nessa encíclica é observado no seguinte trecho:

Este voto deve-o a humanidade aos inumeráveis mortos que jazem nos campos de batalha: o sacrifício da sua vida no cumprimento do seu dever e o holocausto a favor duma nova e

³⁷ ROCHA, Ruth. Minidicionário. São Paulo: Editora Scipione. 1995. p. 122

³⁸ XII, Pio. *NELL'ALBA E NELLA LUCE* in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 107.

³⁹ Mas a discussão de Pio XII será para depois da Guerra, e aqueles que estavam sofrendo naquele momento? O que deveriam fazer para amenizar o sofrimento dos mesmos? Aqueles que divulgam a fé cristã não deveriam curar as feridas dos doentes? Então a Santa Sé não deveria ter feito algo no momento em que estava ocorrendo os horrores do nazismo?

⁴⁰ XII, Pio. *NELL'ALBA E NELLA LUCE* in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 108-111.

melhor ordem social. (...) Este voto deve-o a humanidade às centenas de milhares de pessoas que sem culpa nenhuma da sua parte, às vezes por motivos de nacionalidade ou raça, se vêem destinadas à morte ou a um extermínio progressivo.⁴¹

Fato que deve ser mencionado nesse sentido é que o único momento – em suas escritas – em que o papa fala a respeito da exterminação em massa que ocorria em determinados pontos da Europa foi nessa encíclica mencionada, não houve nenhuma encíclica de Pio XII destinada apenas às questões da Guerra, ou ao regime nazista, houve apenas, claro, diversos trechos em diferentes encíclicas que mencionavam questões ligadas ao nazismo. Mas isso compromete as atitudes papais? Será que é possível, pelas declarações do Vaticano, ou ainda por não haver declarações diretas, notar uma colaboração ao regime nazista?

A última encíclica que deve ser mencionada aqui é a CCO ALFINE TERMINATA⁴² onde Pio XII fala do fim Guerra que atormentava toda a Europa, e, com uma prece, agradece pelo fim do sofrimento que a Guerra trouxe: vítimas de batalhas, da fome, de massacres.

Em seguida, Pio XII discute a respeito de uma nova esperança – reconstrução do mundo - para aqueles que sobreviveram à Guerra, sendo que essa esperança deveria ser baseada na doutrina católica e como todos devem ajudar na reconstrução da ordem pública, social e civil. Mais uma vez, o papa fala que deve existir caridade entre os homens nesse momento de reconstrução. E o papa termina essa pequena encíclica alegando que só reinaria a paz entre os povos se houvesse comprometimento com a lei de amor feita por Jesus.

Além disso, podem ser destacadas ainda questões ligadas às encíclicas de Pio XII, à medida que o papa aborda também aspectos que tratam de outras questões, como paz, família, ordem social, para assim podermos entender melhor a posição do papa perante os assuntos da Guerra.

Na sua primeira encíclica, quando Pio XII assume o pontificado, o papa fala a respeito dos direitos e deveres da família naqueles difíceis tempos e alega que é necessária a preservação dos direitos familiares, nas palavras de Pio XII:

Diante dos nossos olhos aparecem em toda a sua dolorosa clareza os perigos que tememos (...), do desconhecimento, da diminuição e da progressiva abolição dos direitos próprios da família. Por isso é que nos erguemos em defensores de tais

⁴¹ XII, Pio. COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 118.

⁴² Escrita por Pio XII quando a guerra termina em nove de maio de 1945.

direitos, com plena consciência do dever que nos impõe o nosso ministério apostólico. As angustias dos nossos tempos tanto interiores como exteriores, tanto materiais como espirituais, os múltiplos erros com suas inúmeras repercussões, se há alguém que experimenta amarissimamente é a minúscula e nobre célula familiar.⁴³

O papa argumenta ainda que é dever do Estado ajudar o povo naquele difícil momento, mas ele também chama a atenção para a lei moral de Deus e alega que é necessário que cada pessoa colabore para que os tempos sejam menos espinhosos e assim estabelecer um bem comum entre os homens. Nesse sentido ele fala ainda da obrigação dos pais junto aos seus filhos – tanto a obrigação material como a obrigação espiritual –, e fala que essa juventude que está sendo educada por seus pais, além de ser patriota e servir a pátria terrena não pode-se esquecer da pátria que também deve ser servida que é a pátria de Deus. Nesse sentido, Pio XII continua falando a respeito do dever da família junto aos seus jovens e sua formação, pois mesmo que se a Igreja Católica deixasse de existir, a família seria a maior representante da doutrina cristã. Todavia, alega que todo sistema de educação deve respeitar, preservar e proteger o recinto sagrado da família, pois assim estaria protegendo também os alicerces dos jovens, já que assim caminhariam até Deus. Então a família deveria ser preservada para poder exercer sua função que é educar os seus filhos de acordo com as convicções religiosas, ter um lar com “uma vida familiar, sã material e moralmente”⁴⁴, restabelecer os vínculos com as escolas, para assim fazer uma aliança entre as mesmas e estabelecer uma confiança de ajuda na educação da juventude. Além disso, segundo Pio XII, é na família que estava a pátria e por isso deve respeitar que ela tenha os seus direitos mantidos e um espaço vital.

Ademais, o papa fala também a respeito dos direitos relacionados ao indivíduo, sendo que deve ser assegurado que a pessoa tenha os seguintes direitos:

O direito a manter e desenvolver a vida corporal, intelectual e moral e particularmente o direito a uma formação e educação religiosa; o direito ao culto de Deus, particular e público, incluindo a ação da caridade religiosa; (...); o direito ao trabalho como meio indispensável para manter a vida familiar; (...); o direito ao uso dos bens materiais, consciente dos seus deveres e das limitações sociais.⁴⁵

⁴³ XII, Pio. SUMMI PONTIFICATUS in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 32.

⁴⁴ XII, Pio. COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 132.

⁴⁵ XII, Pio. COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 132.

Através desses direitos, o homem poderia garantir a sua vida dentro das convicções religiosas, e para que a paz reinasse era necessária a restituição dos homens e os mesmos se oporem perante a Guerra, assim, eles poderiam asseverar a responsabilidade na ordem social tanto na terra como na do criador. Pio XII fala que o Estado também deve preservar os direitos das pessoas.

Além disso, Pio XII declara que as causas dos males ocorridos estava na “negação e repulsa de uma norma de moralidade universal, (...), e o desconhecimento, tão difundido nos nossos tempos, e o esquecimento da própria lei moral, que tem o seu fundamento em Deus”⁴⁶; o papa acreditava então que as causas dessas ruínas estavam minimamente ligadas à descrença da moralidade humana.

Na primeira encíclica SUMMI PONTIFICATUS, o papa já fala dos desejos de paz entre os homens e fala que para isso é necessário que todos se guiem pela fé em Deus e pratiquem a caridade para com aqueles que sofrem por causa da Guerra. O papa fala que o verdadeiro cristão deve prestar socorro e ajudar a todos aqueles que precisam, ou seja, todos aqueles que são vítimas da guerra, pois segundo ele, só através do exercício da caridade é que a paz iria reinar, pois cessaria todos os ódios e rancores. Pio XII fala também da grande tarefa da Igreja Católica naqueles tempos, que era a pregação do Evangelho de Cristo para que os homens possam saber a verdade, fazer a justiça e principalmente a caridade, de modo que a Igreja serviria com obediência e respeito junto às normas de Deus. Pacelli fala que os seus fiéis não devem padecer pela desconfiança dos tempos difíceis e devem se agarrar ainda mais à Sagrada Igreja e fala que: “Reconhecem eles na Igreja católica a bimilenária estabilidade das normas da fé e de vida (...), se prodigaliza em iluminar as mentes com a doutrina do evangelho (...)”⁴⁷

O papa fala sempre do desejo de paz entre os homens, de como o Cristo vai ser usado para que ela seja alcançada e como o seu pontificado vai fazer de tudo para que a discórdia entre os homens acabe e mais uma vez fala de como todos devem ter fé em Deus para que tudo passe logo. Nessa perspectiva, o papa fala da necessidade dos homens se atentarem para os fatos que estavam ocorrendo tanto no aspecto moral como no material e chama, então, a atenção dos cristãos para o fato de que a lamentação não poderá resolver os problemas, mas sim a ação com a confiança de que todos se guiariam pela fé em Deus, e afirma que isso seria o primeiro passo para a tão sonhada paz.

⁴⁶ XII, Pio. SUMMI PONTIFICATUS in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p 21

⁴⁷ XII, Pio. SUMMI PONTIFICATUS in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 44.

A ordem social também é citada nas encíclicas de Pio XII e o papa fala, nesse sentido, que o poder público, ou seja, o Estado estava intervindo e que tinha como objetivo equilibrar e acabar com as perturbações vigentes que eram resultadas do egoísmo dos homens. Pio XII faz referência também aos acordos que existiam para fazer da guerra menos dolorosa e argumenta que tais acordos não valeram de fato e que as dores foram impostas à humanidade. É então que fala mais uma vez da obrigação de todos os povos se juntarem para alterar a decadência da ordem social e levar toda a sociedade a respeitar e viver de acordo com as leis divinas. Mais uma vez, então, o papa cita aqueles que foram vítimas da guerra e que essa “obrigação” deve ser feita em favor dessas pessoas que sofreram diante das atrocidades do conflito, e claro que tudo isso deveria ser feito de acordo com a doutrina católica.

Além disso, o papa fala do dever do Estado em estabelecer o bem comum e afirma que não está só nas mãos do mesmo, pois não poderia colocar tantos poderes assim em um único órgão, pois poderia perder até mesmo o sentido do bem comum, mas adverte que tudo que é terreno é atuado conforme as leis de Deus. E ainda fala que a Igreja é responsável pela parte moral da ordem social, sendo que essa parte moral deve estar de acordo com a lei imutável de Deus. Então Pio XII afirma que: “(...) a Igreja, guarda da ordem sobrenatural cristã em que concorrem a natureza e a graça, deve formar as consciências, inclusive daqueles que são chamados a encontrar as soluções dos problemas e deveres impostos pela vida social.”⁴⁸ Pio XII fala também que Deus, além de ser a causa primeira, é o último fundamento da família, dos povos e das nações. Nesse sentido afirma que a vida social, conforme o que Deus deseja, é baseada no equilíbrio, harmonia e segurança da sociedade. Então o papa menciona que seria necessário que os homens tivessem um convívio tranquilo na ordem social e afirma que para isso são necessários dois elementos: “a convivência na ordem”⁴⁹ e a convivência na tranqüilidade.”⁵⁰ De acordo com o papa, a tranqüilidade é um elemento fundamental da paz, todavia o cristão tem que se conscientizar de que tal tranqüilidade não pode ser preguiçosa, ao contrário, deveria permanecer na luta e trabalhar em prol da ordem social.

Adiante, o papa cita que a guerra estava deixando destruição. Mas essa ruína não se tratava apenas de uma devastação material – onde muitos perdiam seus bens – era

⁴⁸ XII, Pio. LA SOLENNITÀ DELLA PENTECOSTE in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 86.

⁴⁹ Quando o papa fala da convivência na ordem, ele faz menção àqueles homens que procuram viver de acordo com a natureza, não excluindo diferenças

⁵⁰ XII, Pio. COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 119.

também uma destruição moral, ou seja, era a decadência da fé religiosa, da fé em Deus, e Pio XII fala da necessidade de reconstruir tudo em favor da tão sonhada paz. Ele lembra mais uma vez a necessidade do cristão ser caridoso com todos aqueles que sofreram com as atrocidades cometidas na Guerra, mas ele alega que para isso seria necessária a coragem e muita prece para que o Criador desse a todos que se prestassem a esse serviço muita sustentação, nas palavras do papa:

Mãos ao trabalho, cada um em seu lugar; resoluto e tenaz com o coração animado por um indestrutível amor por seu próximo. Certamente difícil, mas ao mesmo tempo santa, é a tarefa que vos espera, de reparar os efeitos imediatos e desastrosos da guerra, de transformar em bem seus mil e um desastrosos efeitos. Queremos nos referir à decadência da ordem pública, à miséria e à fome, a brutalização dos costumes e à falta de disciplina entre os jovens. Fazendo isso, pouco a pouco preparareis para vossas cidades e vossas aldeias, para vossas províncias e vossas pátrias, um futuro mais aceitável e o vigor de um sangue rejuvenescido.⁵¹

Pio XII, na encíclica QUEMADMODUM⁵², fala também dos horrores deixados pela funesta guerra e como tudo deveria voltar à ordem o mais rápido possível, pois de acordo com ele, o conflito tinha chegado ao fim, mas a paz ainda não tinha se estabilizado. E nesse momento faz referencia a obrigação da Igreja em ajudar que essa ordem se estabelecesse o mais rápido possível, consolando as dores daqueles que sofriam ainda os efeitos da guerra.

Diante de todos esses fatos aqui mencionados e extraídos das encíclicas de Pio XII, surge a seguinte questão: como seria possível afirmar que um papa, que possui tantas idéias moralistas a respeito destes assuntos de ordem coletiva, teria deixado pessoas morrerem em um ato desumano como o Holocausto?

No contexto das encíclicas de Pio XII, pode-se citar o autor Conway – professor da Universidade de Columbia - que discute aspectos de colaboração ou resistência da Igreja diante do Regime nazista e afirma que devemos tentar fugir de conclusões superficiais, uma vez que existe um vácuo entre os “documentos” emitidos na época pelo Vaticano e os argumentos dos historiadores que afirmam o colaboracionismo, nas palavras do autor:

By paying attention to the extent of the Nazis' persecution of the churches we will prevent too easy condemnation of churchmen for having failed to resist the on slaught of tyranny. On the other hand, the limited successes of the

⁵¹ XII, Pio. ECCO ALFINE TERMINATA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998. p. 256.

⁵² Essa encíclica foi escrita em seis de janeiro de 1946 e tem como significado Assistência às crianças indigentes.

churches in standing up to Hitler's dictatorship can often be traced to the divisions among the foes of Christianity.⁵³

Ainda nessa perspectiva, Conway fala a respeito dos deveres da Igreja na Alemanha nazista, sendo que a mesma deveria apenas servir a Deus e deixar os assuntos políticos, sociais para o Estado, ou seja, o Estado deveria servir ao povo. Esse autor afirma que o regime nazista não toleraria nenhum rival, e a Igreja, então, era vista como uma espécie de rival ao governo nazista.

Outro autor que pode ser retomado, nesse contexto, é Jacques Rancière, quando o mesmo alega questões ligadas ao “realismo” historiográfico. Ele discute questões ligadas ao negacionismo e critica o revisionismo negacionista, mas atribuindo sua ascensão ao “realismo” historiográfico. Para Rancière, o relativismo não é o responsável pelos argumentos usados e propostos pelos revisionistas. Mesmo reconhecendo que o Holocausto seja um verdadeiro fato histórico – e quando o revisionismo argumenta a respeito desse tema ele se torna falso – Rancière acredita que a racionalidade dos revisionistas é a mesma utilizada pelos historiadores (a racionalidade que aproxima o acontecimento às condições de sua possibilidade)⁵⁴. Torna-se difícil, portanto, refutar teoricamente o pensamento que nega a existência do Holocausto. Pode-se fazer uma ponte com as questões discutidas por Rancière e as discussões realizadas aqui nesse momento, uma vez que, se insistirmos em uma narrativa que procure desvelar apenas a “verdade” dos fatos a partir de sua possibilidade, não será possível afirmar nada. Então, Conway tem razão, ao dizer que não devemos fazer julgamentos superficiais em relação ao colaboracionismo da Igreja em relação ao Regime nazista alemão.

Para muitos autores, a tão falada neutralidade – imparcialidade – de Pio XII devia-se ao fato de que, com medo das propagações das ideias bolcheviques, ele acabava por não denunciar as atrocidades do regime nazista, uma vez que Pio XII não tinha nenhuma simpatia por tais ideais e o regime nazista não permitia e até repudiava qualquer ato comunista.

Outro autor que poderia ser mencionado, mas com diferentes abordagens, é Francisco Teixeira Silva. Ele traz possibilidades em seu texto, fato bastante interessante, já que o objetivo desse trabalho não é trabalhar com o realismo científico. Silva lança a seguinte questão no seu texto, nas palavras do autor: “Para sempre ficará uma sombra da

⁵³ CONWAY, S. The Nazi Persecution of the Churches In: *Political Science Quarterly*. Vol. 86, No. 2 (Jun., 1971). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2148047>>. Acesso em: 01 jun.2010.

⁵⁴ RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995; RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

dúvida: Pio XII, o papa Pacelli, teria agido bem mais como um astuto chefe de Estado do que como um pastor de almas?”⁵⁵

Na discussão de Silva, ele fala da produção histórica a respeito do silêncio do Vaticano perante a perseguição aos judeus durante o regime nazista e então estabelece alguns pontos sobre tal produção:

1. não devemos de forma alguma confundir a ação, ou inação, do Vaticano com o papel dos cristãos e/ou católicos frente ao Holocausto; 2. o silêncio do Vaticano foi compartilhado por outras confissões religiosas, inclusive a poderosa Igreja Protestante alemã, exceto pelas Testemunhas de Jeová, que pagaram com a vida o ato de resistência ao nazismo; 3. o Vaticano sabia, desde o início da terrível sorte dos judeus sobre o Terceiro Reich, preferindo, por razões que discutiremos, manter o silêncio.⁵⁶

Partindo daí, Silva tenta entender as razões que levaram Pio XII ao silêncio. Ele fala também a respeito da relação de Pacelli com a Alemanha, uma vez que o mesmo, antes de ser papa era núncio na Alemanha e nesse contexto fala da Concordata de 1933, que segundo ele, Pio XII estava minimamente ligada à mesma, já que foi Pacelli que “estabeleceu” os acordos entre o Vaticano e a Alemanha nazista.

Outro fato discutido também por Silva – pois a maioria dos autores alega que o silêncio de Pio XII está ligado a isso – é a questão comunista, já que para todos eles Pio XII tinha uma grande aversão ao comunismo e via no nazismo uma forma de controlar as ideias comunistas, mesmo que para isso tivesse que aguentar as atrocidades do regime nazista.

Silva discute também o ponto de vista teológico do fascismo e argumenta que não tem nenhuma compatibilidade com o cristianismo, uma vez que a violência e a questão racial dos regimes fascistas batiam de frente com a doutrina cristã. Além disso, o autor fala mais uma vez da diplomacia de Pio XII, da argumentação do mesmo ao dizer que não adiantaria qualquer manifestação a favor dos judeus e que isso só aumentaria o sofrimento de milhares de católicos. Todavia o autor fala da intervenção do papa em relação à eutanásia de velhos, de doentes mentais, de deficientes e que nesse momento o regime nazista cessou a matança dessas pessoas. Então surge a dúvida: será que era por se tratar de cristãos, e não de judeus?

⁵⁵ Silva, Francisco Carlos Teixeira da. O Holocausto e o Vaticano: um silêncio doloroso. In: http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3021.

⁵⁶ Ibid.

Capítulo 2: Para além da ausência: o debate historiográfico sobre o colaboracionismo de Pio XII

Mesmo com uma pesquisa criteriosa dos documentos expedidos pelo Papa Pio XII, mantém-se um silêncio perturbador sobre a sua postura diante dos judeus e do holocausto. Pode-se afirmar, de início, que nenhum documento oficial do Vaticano colocaria explicitamente nenhuma evidência de apoio do papa aos regimes nazifascistas – tampouco ao holocausto –, o que tornaria esta procura inicial uma tarefa “ingênu” em relação aos documentos. Mas quais são as evidências que os historiadores e pesquisadores do tema teriam utilizado para chegar a suas conclusões? Para responder a esta indagação, será necessário, portanto, revisitar os argumentos destes pesquisadores. Em primeiro lugar, pode-se citar o artigo intitulado *Pope Pius XII and Germany: Some Aspects of German-Vatican Relations, 1933-1943*, de George O. Kent.

O autor inicia tal texto falando dos acordos (concordata) feitos entre a Alemanha nazista e o Vaticano, de acordo com ele o primeiro acordo foi selado em 1933 e foi uma grande vitória para a política externa alemã. Nas palavras do autor:

Without a doubt, the concordat was a diplomatic victory for Hitler. It was his first major success in the field of foreign policy, and it indicated to the world that the German Chancellor was politically reliable and trust-worthy. In the words of Mussolini, it gave the German government "credit in foreign affairs which it had lacked heretofore."⁵⁷

Ademais, o autor alega que, por conta da centralização alemã, houve diversos desentendimentos entre o Estado alemão e o Vaticano, todavia não existiu de fato uma luta aberta entre os dois Estados, uma vez que a Igreja não descartava a ideia dos avanços alemães. Mas o Vaticano não reconhecia as questões raciais da Alemanha e queria nomear funcionários católicos com ascendência judaica para alguns cargos, porém a Alemanha via tal ato como fora das situações internas do Vaticano.

Adiante, o autor alega que a concordata assinada em 1933 impossibilitou uma guerra aberta entre a Igreja Católica e a Alemanha nazista, todavia não acabou com o conflito ideológico entre o Estado alemão e o Vaticano. A Igreja Católica sentiu-se diversas vezes prejudicada com a política nazista, uma vez que: “(...) it was fought over the dismissal of Catholics from the civil service, freedom of expression for Catholic

⁵⁷ KENT, George O. Pope Pius XII and Germany: Some Aspects of German-Vatican Relations, 1933-1943. American Historical Association, EUA, The American Historical Review, Vol. 70, Nº. 1 p. 60, 1964. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1842098> Acesso em: 05 jun 2010.

newspapers, pressure on Catholic schools and organizations, sterilization laws, and persecution of nuns and priests.”⁵⁸ Além disso, o autor afirma que o ponto de maior choque entre a Igreja e o terceiro Reich antes do início da segunda Guerra foi o momento em que Pio XI escreveu a encíclica “MIT BRENNENDER SORGE” em Roma em 14 de março de 1937 e enviada para a Alemanha em 21 de março de 1937, quando pretendia condenar o racismo da ideologia nazista; foi uma encíclica escrita em alemão, dirigida aos católicos alemães para denunciar o racismo e o autoritarismo do Estado. O papa condenava também, de uma maneira geral, a atuação do nacional-socialismo. Kent alega que foi a única oposição direta da Igreja Católica feita ao nacional-socialismo, já o governo alemão alegou que não passava de uma tentativa de acabar com a paz do Estado, mas segundo o autor, a concordata não foi revogada e não foi interrompida a relação entre o Estado alemão e o Vaticano.

George Kent fala ainda que a perseguição aos judeus foi intensificada e que o Pio XI morreu em fevereiro de 1939, sendo o cardeal Pacelli, conhecido principalmente por sua diplomacia nomeado seu sucessor. Por conta dessa mudança, a Alemanha demonstrou sentimentos diversos em relação a tal mudança, todavia o papa Pio XII demonstrou grande desejo de paz entre a Igreja e o Estado alemão, nas palavras de Kent:

(...)aroused the hope that a new epoch had dawned for German-Vatican relations (...) Pius XII was ready, so it seemed, to make far-reaching concessions for achieving a peace with Germany as long as the vital interests of the Church were safeguarded.⁵⁹

Nessa perspectiva, pode dizer que o objetivo da Santa Sé – Pio XII – é garantir a paz com Estado alemão, ou ainda uma paz mundial que segundo o autor, foi a maior frustração da vida do papa, pois a Guerra eclodiu. Ele alega também que em 1940 a Concordata ainda estava em vigor e foi estabelecida uma trégua entre a Igreja e a Alemanha e que, após o fim da Guerra, a relação entre a Igreja e a Alemanha nazista poderia ser boa, desde que a Igreja na Alemanha preocupasse apenas em salvar almas e deixar a política por conta do Estado alemão. Segundo esse último, a Igreja teria que se adaptar ao nacional socialismo e então haveria chance dessa trégua ter um sucesso duradouro.

Nesse sentido, o autor cita vários problemas que continuaram sendo motivos de discussão entre o Vaticano e Estado nazista, todavia não passava de discussões. Fatos que

⁵⁸ Ibid., p. 62.

⁵⁹ Ibid., p. 65.

foram protestados pela Santa Sé foram a eutanásia, a morte dos doentes mentais, o confisco de propriedades da Igreja na Alemanha. Então foram feitos protestos formais pela Santa Sé, todavia a simpatia pela Alemanha e o desejo de não complicação com o Estado alemão levou o papa a reservar-se, e então o rádio do vaticano anunciou apenas um pouco do que ocorria de fato.

Vários fatos surgiram que colocariam o Vaticano e Alemanha em choque, entre eles está a posição da Igreja perante o bolchevismo soviético; mais uma vez a Igreja – Pio XII- se neutraliza, não deseja tomar partido diante de tal fato, pois:

If the Pope should now speak against Bolshevism, against which the Holy See had after all spoken repeatedly in principle, he would also have to take a position against "the anticlerical measures and tendencies hostile to Christianity in Germany"; the reports "continually received" at the Vatican on this subject provided "over-whelming material" to justify such a step; the Pope's silence was the best proof that he would like to avoid everything that would injure German.⁶⁰

Dessa maneira, os fiéis começaram a interpretar o silêncio papal como uma tolerância incompreensível, e então o papa começa a lidar com uma nova pressão, pois havia também reclamações das condições de católicos alemães e de católicos dos territórios ocupados pelo nazismo. Outro fato alarmante é que haveria depois do fim da Guerra um ataque nazista à Igreja Católica, todavia segundo Kent o papa não desistia de suas esperanças de paz.

Tittmann faz uma crítica a Pio XII, ao afirmar que: "the danger to his moral leadership that [he]... is incurring in failing to denounce the notorious violations of the moral and natural laws by the Nazis."⁶¹ Todavia, existiam altos funcionários do Vaticano que apoiavam a atitude papal, então fizeram algumas considerações que justificam o silêncio da Santa Sé, de acordo com o texto:

However, it is pointed out that it would not be an easy matter for the Holy See to distinguish degrees of violation against the moral and natural laws and, in all probability, cognizance would have to be taken of all reported violations, how-ever great or small."⁶² "The difficulties in assembling supporting evidence of reported violations in order to establish grounds for condemnatory action would be enormous."⁶³ The Pope has, on a number of occasions,

⁶⁰ Ibid., p. 69-70.

⁶¹ Ibid., p. 71.

⁶² Ibid., p. 71. Aqui nesse trecho selecionado, o funcionário do Vaticano afirma que para o Papa denunciar os feitos nazistas teria também de denunciar os soviéticos, porém admite que a proporção dos nazistas é muito maior.

⁶³ Ibid., p. 71. Já esse funcionário fala da dificuldade que seria montar as provas contra o Estado nazista.

openly condemned major offenses against morality in war time. The terms used have, it is admitted, been general, but the world knows very well to whom these words of condemnation were addressed.”⁶⁴ “The Holy See is firmly convinced that any public statement by the Pope at this time condemning Nazi activities in occupied countries, far from doing any good, would greatly worsen the already precarious situation of Catholics obliged to reside in those areas.”⁶⁵

Em seguida, o autor volta mais uma vez à Concordata de 1933 e afirma que no período nazista ela foi violada diversas vezes por ambas as partes, mas continuava em vigor, de modo que Hitler afirmou que só estaria sobre a proteção da concordata aquelas partes da fronteira alemã em 1933, sendo que os territórios ocupados pela Alemanha não tinham autorização para ter diplomacia com o Vaticano, apenas o Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha permissão para lidar com a Santa Sé. O Papa encarou tudo isso com um pouco de restrições e tentou fazer alguma mudança nisso através do embaixador, mas nada mudou consideravelmente. Mas não havia o desejo de uma deterioração da relação vaticano-alemã, porém segundo o autor se a luta começasse Pio XII estaria preparado para ela, todavia preferia que ela não acontecesse.

Kent, fala da Encíclica de Natal de 1942, feita por Pio XII. O papa mencionava nessa escrita que após a guerra o povo conseguiria viver em um mundo melhor do que aquele do momento e também fala que: “the hundreds of thousands of persons who, without any fault on their part, sometimes only because of their nationality or race, have been consigned to death or to a slow decline.”⁶⁶ Com isso, segundo o autor, o papa pensava que havia quebrado o seu silêncio diante dos acontecimentos, todavia Tittman questionou sua atitude, pois não apontava os culpados e então, em resposta, o papa alega que achava que sua colocação tinha ficado clara, mas que não poderia falar dos nazistas em mencionar também as atitudes bolcheviques.

Em outro momento do texto, o autor fala das mudanças que ocorreram nas nomeações daqueles que faziam as relações entre a Alemanha e o Vaticano. É fato que tais mudanças não agradaram totalmente o Vaticano, mas a preocupação maior estava com a tomada do bolchevismo em toda a Europa – com a queda do Fascismo -, de acordo com os relatórios alemães. Kent afirma que o Vaticano não acreditava que a Alemanha poderia

⁶⁴ Ibid., p. 72. O funcionário em questão não fala de um silêncio total do Papa, mas sim de uma certa discrição do mesmo perante os atos, mas alega que foram feitas as denúncias e que aqueles que deveriam escutar sabem do que se trata.

⁶⁵ Ibid., p. 72. Este funcionário alega que não adiantaria de nada o pronunciamento do papa diante dos diversos acontecimentos, ou seja, a situação continuaria a mesma ou poderia até mesmo piorar.

⁶⁶ Ibid., p. 74.

acabar com a possibilidade bolchevique na Europa e então começa uma discussão acerca desse assunto.

Outro autor que pode ser mencionado é Saul Friedländer, mesmo que se trate de uma resenha sobre seu trabalho. A resenha foi traduzida por Alfred A. Knopf, cujo nome é: *Pius XII and the Third Reich: A Documentation by Saul Friedländer*.

Este pequeno texto foi traduzido por Knopf para o inglês, sendo que trabalha as questões que levaram Friedländer a escrever sobre a omissão do papa perante as atrocidades nazistas. O autor em questão – Friedländer – decidiu escrever sobre isso após descobertas de arquivos a respeito desse assunto, sendo que estão principalmente nos arquivos nazistas, americanos e israelenses.

Friedländer questiona os motivos que levaram Pio XII a se privar de denunciar a violência do governo nazista e principalmente, não denunciar o massacre contra os judeus. Para responder esta pergunta Friedländer acredita em quatro motivos essenciais, nas palavras do autor:

Pope felt that he could not condemn specific atrocities without violating the posture of neutrality forced upon him by the fact that World War II pitted Catholics against Catholics; the Pontiff could not condemn the German atrocities without denouncing those committed by the Russians; he had to remain silent for fear of making things worse; lastly, experience had shown the futility of all approaches to the Germans. (...) Pius XII, who had spent many years in Germany as papal nuncio, had a predilection for that nation which was not substantially diminished by the nature of the Nazi regime. Second, the Pope feared a Bolshevization of Europe more than anything else and he therefore was careful not to weaken Germany by criticizing its wartime policies.⁶⁷

Esse pequeno texto é uma demonstração de crítica à atitude do papa, senão de toda uma Instituição como a Igreja Católica. O Professor Friedländer tinha esperança de que o Vaticano publicasse os seus arquivos da época em questão, todavia isso não ocorreu de fato.

Outro artigo que merece destaque é o “The Catholic Church and Nazi Germany” feito por Guenter Lewy. Esse autor acredita que houve sim, muitas vezes por parte da Igreja Católica, atitudes cooperativas em relação aos regimes fascistas. Ademais Lewy fala a respeito da interação entre os principais líderes nazistas e o clero e demonstra a

⁶⁷ LEWY, Guenter. Pius XII and the Third Reich: A Documentation by Saul Friedlnder. In: Political Science Quarterly. The Academy of Political Science, EUA, Vol. 81, No. 4 (Dec., 1966), p. 680-682. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2146939>. Acesso em : 29 maio 2010.

difícil conjuntura dos bispos alemães que ficavam divididos entre os deveres da fé e os deveres junto à nação alemã.

De acordo com o artigo, Lewy tem em todas as páginas de seu livro uma argumentação moral, que o clero alemão aplaudiu os feitos nazistas e ainda afirma que: “during these years prior to the adoption of the 'Final Solution of the Jewish Question, the Church extended neither aid nor sympathy to other than Catholic non- Aryans”⁶⁸. Lewy continua afirmar que os bispos alemães contribuíram com o regime nazista, que apoiaram também a Guerra e que assistiram de perto a matança judaica e nada fizeram, nas palavras do autor: “Above all, they kept silent about the Jews, as they watched with eyes open the disappearance of an entire community in steady flows of transports heading toward the east”⁶⁹. O tradutor do artigo chama a atenção para o fato de que Lewy deveria ter limitado o seu julgamento apenas ao clero alemão e não à Instituição da Igreja Católica como um todo.

Lewy fala também de Pio XII e da concordata de 1933 e menciona que mesmo que a Igreja tivesse horror ao comunismo não poderia ter apoiado as políticas nazistas.

Em seguida, pode ser mencionado aqui nesse trabalho John F. Morley, cuja preocupação é saber se a Igreja Católica agiu apenas de acordo com os seus próprios interesses ou se teve a preocupação com a perseguição aos judeus durante o regime nazista. Para argumentar sobre tal assunto, Morley utilizou nove registros da Santa Sé, arquivos do Myron Taylor e de arquivos judaicos.

Além disso, afirma-se que a argumentação de Morley é estreita, uma vez que a preocupação do mesmo está em como a relação diplomata do Vaticano afeta os judeus em determinados locais. Nas palavras do autor:

His focus is narrow, given his self-imposed limitation to deal only with Vatican diplomacy rather than with the complex uestions involving Catholic-Jewish relations in each country and the position of the church vis-a-vis each particular government⁷⁰.

Esse autor conclui que não foi dada a atenção necessária para as questões humanitárias daquele momento. Ele afirma que o Pio XII assumiu uma postura diplomática perante os fatos para proteger os interesses do Vaticano e que com os judeus

⁶⁸ LEWY, Guenter. THE CATHOLIC CHURCH AND NAZI GERMANY In: RODES, John E. he Journal of Modern History. The University of Chicago Press, EUA, Vol. 37, No. 2, 1965, p. 286. Diponível em: <http://www.jstor.org/stable/1878380>. Acesso em: 01 jun 2010

⁶⁹ Ibid., p. 650.

⁷⁰ MORLEY, John F. Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust, 1939-1943. The American Historical Review, EUA, Vol. 86, No. 1, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1872961>. Acesso em 02 jun 2010.

não houve preocupações humanitárias. Assim ele alega que a Igreja não teve a capacidade moral de lutar contra o Terceiro Reich e nem com a morte de milhões de judeus.

Existem autores que criticam veementemente a atitude de Pio XII, e entre eles está Michael Phayer. De acordo com este autor: “Pius XII never issued an unequivocal condemnation of the Nazi war of aggression or of the acts of violence against Jews and other civilian populations carried out by the Germans and their accomplices.”⁷¹ Ainda segundo o autor, a única menção feita por Pio XII, em relação às perseguições, foi na encíclica de 1943. Para Phayer, esse silêncio de Pio XII está minimamente ligado a questões políticas e não ao fato de que o papa não sabia o que estava acontecendo. Todavia, esse autor alega que Pio XII ajudou muitos judeus a se salvarem; de acordo com ele muitas sedes das igrejas, tais como mosteiros, conventos esconderam diversos judeus com o incentivo papal. Phayer argumenta que, apesar de não ter tido nenhuma interseção do papa para os judeus, ele intercedeu para os judeus convertidos ao catolicismo, e que quando Roma foi invadida ele arrumou um esconderijo para mais ou menos quatro mil judeus. Outro ponto que pode ter conexão com a discussão é quando o mesmo autor afirma que o desejo do papa era limitar o conflito global e proteger a Igreja como mediadora em potencial. Ele chama a atenção também – já que diversos autores alegam isso – para o medo de Pio XII em relação à perseguição comunista com a Igreja e já os regimes fascistas não faziam isso. Diante dessas questões discutidas, Phayer acredita que o papado de Pio XII durante os regimes nazifascistas, sobretudo durante a guerra, é um fracasso moral.

A questão diplomática do vaticano com relação ao Regime nazifascista é discutida por diversos autores, entre eles o Peter C. Kent, que afirma que essa diplomacia é uma tragédia do seu papado. E uma ponte pode ser feita com esse autor à medida que ele afirma que Pio XII não estava preocupado em denunciar os aspectos morais da Guerra e nem curar as feridas do conflito, a sua preocupação maior era com a construção de uma sonhada paz, o que ele menciona bastante em suas encíclicas.

Pode ser mencionado ainda, nesse trabalho o autor John Cornwell⁷². Ele acredita que já desde o início do regime nazista, Hitler se deu conta de que o catolicismo poderia fazer uma grande resistência ao regime, nas palavras do autor:

⁷¹ PHAYER, Michael. The Catholic Church and the Holocaust, 1930-1965. The American Historical Review, EUA, Vol. 106, No. 4, p. 1449-1450, 2001. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2693098> > Acesso em: 02 jun 2010

⁷² Trata-se de um jornalista e historiador, que escreveu “O papa de Hitler: A história secreta de Pio XII”, onde procura demonstrar a colaboração de Pio XII ao regime nazista.

Em Mein Kampf, ele escreveu que uma confrontação com a Igreja católica na Alemanha seria desastrosa. (...) “Os partidos políticos não põem ter nada a ver com os problemas religiosos enquanto estes não forem nocivos a nação, minando a moral e a ética da raça; assim como a religião não pode se intrometer nas atividades dos partidos políticos.” (...) Em fevereiro de 1933, ele declararia no Reichstag que as igrejas eram parte da vida nacional alemã. Em particular no mês seguinte, ele jurou “erradicar” completamente o cristianismo da Alemanha. “Você é um cristão ou é um alemão”, disse ele. “Não pode ser as duas coisas”. Enquanto isso, ele se empenhava na cuidadosa manipulação das igrejas para alcançar seus próprios objetivos.⁷³

O autor demonstra que houve um grande crescimento das atividades católicas alemãs na década de 20, quando cerca de 23 milhões alemães eram católicos. Quando o partido nazista ganhou as eleições, o catolicismo era muito influente na Alemanha. Já na década de 1930, o autor fala que teve relatos da resistência católica ao nacional-socialismo; inclusive há aqueles que falam que a Igreja católica dificultou as coisas para o nacional-socialismo, e até mesmo havia bispos e padres que excluía aqueles que eram partidários das ideias e do partido nazista. Então os bispos justificavam isso alegando que a política racial, religiosa e educacional nazista era “anticristã e antecatólica”. De acordo com Cornwell, até 1933 a Igreja Católica se mantinha unida “contra” o movimento nazista, todavia ele alega que isso não estava de acordo com a posição do Vaticano, cada vez mais moldado por Pacelli.

Nessa época, Pacelli era cardeal-secretário de Estado, então era responsável pelas políticas externas da Igreja com o mundo inteiro – já que nesse momento Pio XI estava doente e confiava bastante em Pacelli. Cornwell alega que Pacelli tinha uma grande preocupação com a ascensão do partido nazista na Alemanha, já nesse momento do livro o autor fala do medo de Pacelli pelo comunismo - a Santa Sé passou a denominá-lo por “Triângulo Vermelho” -, o Vaticano acreditava que o comunismo era um grande risco para a Igreja⁷⁴, já o nacional-socialismo tentou apaziguar sua relação com ela. Então Pio XI e Pacelli concluíram que não poderia qualquer tipo de conciliação com o comunismo, o que diferenciava dos regimes fascistas que estavam em ascensão em toda a Europa naquela época. Assim começou uma grade diplomacia com os regimes, começando com a

⁷³ CORNWELL, John. O papa de Hitler: A história secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. p. 121-122.

⁷⁴ Na própria Rússia a Igreja já sofria perseguições, muitos padres e bispos estavam sendo presos e assassinados desde 1917. Além disso, era proibido na URSS qualquer ensino sobre Deus e religião, as Igrejas estavam sendo destruídas. No México também estavam ocorrendo diversas perseguições contra os católicos e a Igreja chegou a se tornar clandestina nesse país.

Itália, onde assinou o Tratado de Latrão, que assegurava que o catolicismo era a única religião reconhecida pelo Estado, a Igreja teria soberania sobre o território do Vaticano, entre outros; dessa forma os padres foram estimulados a apoiar os fascistas. Segundo o autor: “O tratado de Latrão, elaborado e negociado por seu irmão mais velho, Francesco, com todos os seus dispositivos para reprimir o catolicismo social e político, continha tudo o que Pacelli ansiava para uma Concordata do Reich” ⁷⁵ Tal acordo teve total apoio de Hitler, que se manifestou a favor do Tratado e censurou as atitudes católicas na Alemanha, alegando que a ideias fascistas – dentre todas as que haviam surgido (liberalismo, comunismo) – eram as que se aproximavam mais do cristianismo.

Porém, Cornwell acredita que apesar de todas essas declarações de Hitler, o Vaticano não apoiava de fato o Partido nazista. Havia algumas ideias nazistas que iam totalmente contra a doutrina cristã, mas como já foi dito o medo com relação ao comunismo acabava por influenciar o “apoio” ao fascismo. Nesse sentido, Pacelli pressionou o Partido de centro – partido católico alemão – a apoiar o nacional-socialismo, já que o mesmo havia declarado uma Guerra ao socialismo, o que para Pacelli e Pio XI era uma grande vantagem.

Adiante, é citado Kass⁷⁶, que segundo Cornwell trabalhou com Pacelli sobre a Concordata do Reich. Além disso, o autor alega que Pacelli argumentou que as questões diplomáticas seriam trabalhadas por ele e Kass.

A seguir o autor fala também do crescimento do Partido Nazista, sendo que os votos aumentaram a favor dele, aumentaram oito vezes em 1930 e, então, o autor argumenta que: “(...) em meio a uma crescente agitação econômica e política na Alemanha, Pacelli assediava Berlim com suas exigências para uma concordata” ⁷⁷. Além disso, Cornwell acreditava que o grande objetivo de Pacelli era fazer uma concordata com o Reich de acordo com os interesses da Santa Sé. Mas um ministro alemão, em uma visita a Santa Sé, alegou a Pacelli que, devido a situação de crise da Alemanha naquele momento, não seria possível que eles atendessem todos os pedidos do Vaticano, o que gerou certo desconforto entre eles e até mesmo desentendimento entre Pacelli e o Brüning – chanceler da Alemanha -, pois o primeiro tentou várias vezes uma negociação da concordata, para dar continuidade a toda a sua política de concordata. As negociações

⁷⁵ CORNWELL, John. O papa de Hitler: A história secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. p. 131

⁷⁶ Um amigo íntimo de Pacelli, discípulo e líder do Partido de Centro.

⁷⁷ CORNWELL, John. O papa de Hitler: A história secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. p. 136.

foram até 1932, quando Pacelli, com apoio de Pio XI, nomeou outro bispo na Alemanha – mais especificamente em Friburgo -, sem se preocuparem com a diocese. De acordo com o autor tal bispo simpatizava tanto com a política de concordatas de Pacelli quanto com as ideias nazistas e já desde o início de sua nomeação começou a pressionar o governo para concluir a concordata.

Ademais, o autor fala que apenas um ditador poderia dar a Pacelli o tipo de concordata que ele queria da Alemanha, e que apenas um como o Hitler veria na concordata um meio de enfraquecer a Igreja Católica, foi então em julho de 1933, quando Hitler já estava no poder, que chegaram a um acordo. Hitler “justifica” a concordata alegando que através dela a Igreja Católica reconhece o Estado nacional-socialista e que foi também uma maneira do nacional-socialismo comprovar que não tinha aversão à religião. Cornwell afirma que Hitler alegou que: “Foi concedida uma grande oportunidade à Alemanha com a Concordata do Reich. Criou-se uma esfera de confiança que será especialmente significativa na luta urgente contra o judaísmo internacional”⁷⁸. Na mesma medida, Pacelli respondeu aquilo que o Hitler falou, o futuro papa alegou que a concordata não reconhecia moralmente o nacional-socialismo. De acordo com o autor, Pacelli afirmava que a concordata servia para que o Estado reconhecesse a lei da Igreja.

Posteriormente, o autor afirma que a solução final – durante o regime nazista – se intensificou nos primeiros anos do pontificado de Pio XII. Nessa perspectiva, o autor fala a respeito do antijudaísmo, do cristianismo, mas chama a atenção para o caso do catolicismo em particular, porém ele afirma que não era comum que cristãos perseguissem judeus do modo como estava sendo feito no regime nazifascista, nas palavras do autor: “E, no entanto, à primeira vista o catolicismo parecia ter ligações com o nacionalismo de direita, o corporativismo e o fascismo, que propunham o anti-semitismo ou mantinham uma cumplicidade com o anti-semitismo em bases raciais.”⁷⁹

Cornwell alega que o papa recebia informações confiáveis a respeito da perseguição aos judeus em toda a Europa e também vários pedidos para que se manifestasse perante isso e que condenasse as atrocidades cometidas pelos nazistas aos judeus. Ao longo de sua escrita, o autor procura demonstrar as súplicas – até mesmo de pessoas de dentro do clero – em torno de Pacelli para intervir na “Solução Final” dos judeus, todavia ele mostra que não houve nenhum tipo de condenação por parte do papa e fala até de uma suposta ruptura com o governo inglês, em consequência do silêncio papal.

⁷⁸ Ibid., p. 148.

⁷⁹ Ibid., p. 315.

Foi divulgado no mundo inteiro não só a perseguição aos judeus na Europa, mas também a exterminação dos mesmos. Nesse contexto Osborne, Tittmann e Accioly combinaram de persuadir o papa, para que o mesmo se manifestasse contra os horrores nazistas. Também ao longo do livro de Cornwell foi possível ver que não apenas esses três tentaram persuadir Pio XII, mas também outros diplomatas, que alegavam que deveria haver uma contribuição papal para o restabelecimento da paz mundial, assim como para colocar um fim na “Solução final”.

Cornwell cita um depoimento de Madre Pasqualina, onde a mesma fala de um protesto, de próprio punho feito por Pio XII, em que o papa fala a respeito da cruel perseguição aos judeus. Todavia ele lembra que, “por causa” de uma manifestação de um bispo, 40 mil judeus holandeses foram mortos e que então sua manifestação mataria 200 mil pessoas. Diante desse fato, o papa alegou que não poderia assumir tal responsabilidade e que por isso preferia manter o silêncio a fazer de modo reservado tudo aquilo que pudesse. Ademais, Pasqualina alega que, diante de uma possível invasão dos nazistas ao Vaticano, tal documento foi destruído. Nesse contexto, o autor alega que não há provas que de tais judeus foram mortos por causa da manifestação do bispo e que esse depoimento serviu de álibi para aqueles que defendem a posição de Pio XII.

Adiante o autor fala de um pronunciamento que o papa fez no natal de 1942, sendo que Pacelli menciona a guerra apenas no final de sua fala e argumenta que “(...) A guerra, disse Pacelli, era o resultado de uma ordem social que “escondia uma fraqueza fatal e uma ânsia desenfreada por lucro e poder”. (Esta divagação, é claro, podia ser aplicada aos dois lados, Eixo e Aliados.)”⁸⁰, e por fim o papa fala de maneira bastante sutil – não cita nomes, nem quem são – a respeito das mortes decorrentes das perseguições e da guerra. E então o autor sustenta que isso era o máximo do protesto do papa, nas palavras do autor:

Não era apenas uma declaração insignificante. O abismo entre a enormidade do extermínio do povo judeu e essa forma de palavras evasivas é chocante. Ele podia estar se referindo a muitas categorias de vítimas dos muitos beligerantes no conflito. É evidente que a linguagem ambígua tinha a intenção de apaziguar aqueles que o pressionavam para protestar, ao mesmo tempo em que evitava qualquer ofensa ao regime nazista. Mas essas considerações são ofuscadas pela negação implícita e a trivialização. Pacelli reduziu milhões de condenados a “centenas de milhares” e eliminara a palavra judeus, preferindo a qualificação “às vezes apenas”. Não menciona em parte alguma nazista ou Alemanha nazista. O próprio Hitler não poderia desejar uma reação mais enrolada e

⁸⁰ Ibid., p. 328

inócua do vigário de Cristo ao maior crime da história humana.
81

O autor cita também que diversas autoridades questionaram e se diziam não satisfeitas com o pronunciamento do papa diante das atrocidades do nazismo, e houve até aqueles que se manifestaram perante o protesto de Pio XII, como por exemplo, o embaixador francês. Até mesmo o embaixador polonês na Santa Sé admitiu uma denúncia vaga por parte de Pio XII.

Segundo o autor, um dos maiores problemas do silêncio de Pio XII está no fato do mesmo ser o vigário de Cristo e maior representante da Igreja Católica e que isso trazia com ele obrigações. E diante de tudo isso, o autor questiona se não era apenas “a instituição do papado” que não era adequada para enfrentar o problema da solução final ou se não era conivente com os planos da Alemanha nazista. Então Cornwell alega que o silêncio de Pio XII foi um fracasso e foi mais do que uma lacuna na sua vida, foi um erro do papado e da cultura católica. Nessa perspectiva ele cita aqueles estudiosos que ligam o silêncio de Pio XII a tradição do antissemitismo e que não julgava a situação dos judeus como crítica, apesar de não haver documentos que comprovem tal fato.

A seguir, o autor inicia uma discussão a respeito do antijudaísmo do papa e tenta demonstrar isso através das atitudes do próprio Pio XII. Ele fala também que a concordata de 1933 travou qualquer potencial de protesto católico perante a perseguição judaica, além de não ajudar episcopado alemão contra o antissemitismo, tentou – ainda não era papa – amenizar as consequências da encíclica de Pio XI “MIT BRENNENDER SORGE”. Diante disso, Cornwell acredita que Pio XII também não quis interferir a favor dos judeus por medo de se aliar à União Soviética, o que poderia levar a um suposto fim da Igreja Católica, distanciando-se cada vez mais das súplicas por uma interferência grandiosa, porém dando informações para tentar aliviar o sofrimento dos judeus. Então o autor, acredita – diferente de muitos mencionados no presente trabalho - que:

Nessas circunstâncias, somos obrigados a concluir que o seu silêncio tinha mais haver com o medo e a desconfiança habitual dos judeus do que com uma estratégia de diplomacia ou um compromisso com a imparcialidade (...) Desse ponto de vista ele era o papa ideal para o plano abominável de Hitler. Era um peão de Hitler. Era o papa de Hitler.⁸²

Fato que também pode ser citado, pelas perspectivas desse autor é a invasão nazista em Roma, a prisão e a deportação de muitos judeus romanos. A invasão ocorreu

⁸¹ Ibid., p. 328-329.

⁸² Ibid., p. 332-333

em 1943 e lá viviam, segundo Cornwell, cerca de sete mil judeus. Alguns alegam que com a invasão a Roma a imparcialidade de Pio XII estava comprometida, e a Santa Sé, prevendo tal fato, intensificou a ajuda para os judeus romanos, como por exemplo, favorecendo a emigração dos mesmos.

No dia 16 de outubro de 1943 as prisões dos judeus começaram e segundo o autor, o papa foi um dos primeiros a saber do ocorrido, e os judeus, já presos, ao passarem pela praça São Pedro, gritaram por socorro ao papa. Havia, mais uma vez dezenas de pedidos para que o papa fizesse um “protesto oficial”, pois se tivesse um resultado satisfatório o povo se acalmaria. Então, através dos documentos do tempo de guerra do Vaticano, o autor menciona que foi pedido ao embaixador que ele interviesse em favor daquelas pessoas – os judeus - que estavam sendo levadas. Todavia, o autor fala que o embaixador pergunta o que seria feito pela Santa Sé se eles não parassem; então a resposta dada é a seguinte: “Eu queria lembrá-lo de que a Santa Sé demonstra, como ele próprio reconheceu, a maior prudência, não dando ao povo alemão a menor impressão de ter feito ou desejado fazer qualquer coisa contra o interesse da Alemanha durante essa terrível guerra.”⁸³ Diante disso, o autor fala a respeito da ambiguidade dos argumentos utilizados pelo Vaticano ao se pronunciar ou não perante os atos nazistas em Roma, de modo que no final ninguém se pronunciou e até mesmo os líderes alemães em Roma se espantaram com o silêncio da Santa Sé.

Além disso, o autor fala também do medo – até mais preocupado com isso do que com a prisão e deportação dos judeus de Roma - que o papa sentia, pois a prisão dos judeus poderia causar impacto nos soldados comunistas e isso poderia causar um conflito com a SS e traria benefícios apenas aos comunistas, e a argumentação que o papa utilizava era que os alemães haviam respeitado o Vaticano e deixado intactas as propriedades da Santa Sé em Roma.

Ademais, Cornwell fala que o silêncio do papa está ligado também à “extraterritorialidade do Vaticano e suas instituições religiosas espalhadas por Roma”⁸⁴ garantidos pelas forças alemãs, havia também uma omissão moral e espiritual por parte do papa, pois não foi só político.

Cornwell fala também daqueles judeus⁸⁵ que eram gratos à bondade do papa durante a perseguição nazista aos judeus, mas o autor deixa claro que ele não questiona as

⁸³ Ibid., p. 342-343.

⁸⁴ Ibid., p. 353.

⁸⁵ Eles “testemunharam” a grande ajuda de Pio XII aos judeus

atitudes de caridade de Pacelli aos judeus. É citado também um depoimento de uma judia romana que foi presa e voltou para Roma; ele alega que Pio XII praticamente os jogou para os alemães e o acusou de papa antijudeu e pró-alemão. Então o autor fala que: “Para sua vergonha eterna, e para vergonha da Igreja Católica, Pacelli não se dignou a reconhecer os judeus de Roma como membros de seu rebanho romano.”⁸⁶

Em contrapartida a todas as discussões desses autores, surge a exposição de ideias trazidas no artigo de Blet, cujo título é: *Pius XII and the Second World War: According to the Archives of the Vatican*.

Esse pequeno texto lida também com as relações diplomáticas entre o Vaticano e a Alemanha nazista, sendo que a maior preocupação do autor está no silêncio de Pio XII e Blet – autor do texto – acredita que isso está ligado à tentativa do Vaticano de manter a paz, a liberdade religiosa e a humanidade.

O autor acredita que, como muitas outras, a questão judaica também era uma preocupação papal, pois assim como a perseguição aos católicos na Polônia, o Vaticano tentou também resolver a perseguição aos judeus, nas palavras do autor: “Blet reviews the terrible persecution of both Catholics and Jews in Poland and the Vatican's effort to address their predicament.”⁸⁷ Além disso, o autor alega que Pio XII teve grande resistência à lei racial, pois não a aceitava e fez várias intervenções para impedir a deportação dos judeus para os campos.

Adiante, Blet afirma que Pio XII tentava amenizar o sofrimento dos perseguidos pela guerra, e que a diplomacia foi usada justamente por isso – diminuir o sofrimento –, pois qualquer tentativa de pronunciamento público poderia aumentar a agonia daqueles que sofriam os efeitos da Guerra, uma vez que os nazistas não aceitavam críticas e aumentavam ainda mais a retaliação e a violência.

Nesta perspectiva, autor demonstra que Pio XII não foi omissos com relação à perseguição racial, que a estratégia utilizada pelo Vaticano e que eles julgavam segura foi a diplomacia; de acordo ainda com Blet, a intervenção diplomática do Vaticano salvou milhares de vidas judaicas: “(...) but there can be little doubt that Vatican intervention saved many lives.”⁸⁸ Pode-se perceber então que o autor chama atenção para a forma como o Vaticano lidou com os horrores da Guerra, sendo que, na opinião dele, o Estado

⁸⁶CORNWELL, John. O papa de Hitler: A história secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. p. 356.

⁸⁷BLET, PIERRE, SJ. *Pius XII and the Second World War: According to the Archives of the Vatican*. Translated by Lawrence J. Johnson. New York: Paulist Press, 1999. p. 136.

⁸⁸Ibid., p. 137

do Vaticano utilizou muito bem as armas que tinha. Blet critica também aqueles que apontam de maneira maldosa, o silêncio papal durante a Segunda Guerra. Para ele, as ações valem mais do que palavras, sendo que as atitudes diplomáticas e humanitárias de Pio XII serviram de muita ajuda. De acordo com o tradutor, o livro de Blet é um resumo das justificativas das relações diplomáticas do Vaticano.

Outra referência utilizada para esta pesquisa como exemplo de contraposição é o conjunto de documentos publicados na página virtual da fundação *Pave The Way*. Esta fundação norte-americana, fundada pelo judeu Gary Krupp, revelou novos documentos que comprovam a ação do Papa Pio XII em favor do povo judeu. As revelações são sustentadas por documentação inédita que os investigadores da fundação *Pave the Way* descobriram na Itália e na Alemanha.

Através do site *Pave the Way* foi possível acessar autores que tiveram acesso à documentação que comprova a ação de Pio XII em favor ao povo judeu. Um que pode ser citado nesse trabalho é Fr. Dennis McManus, professor de Teologia e Estudos Inter-Religiosos, consultor da Universidade de Georgetown em assuntos judaicos, tal trabalho foi realizado em simpósio. Ele procura entender a relação de Pio XII com a comunidade judaica no período nazifascista. Segundo o documento no site, já existem bibliografias capazes de ajudar os estudiosos no assunto a abordar questões ligadas à relação da Igreja Católica em relação aos diferentes órgãos durante aquele período, mas ele que alega também há as limitações dos documentos, uma vez que instituições se reservam o direito de dar acesso a informações 70 anos depois do fato ocorrido. Mas de acordo com ele, os que já existem e foram analisados serviram de ponto de partida para diversos estudos.

O autor começa a argumentar, que: “Chief among these is an initial distinction to be made between an analysis of the political governance and *real politik*, so to speak, of Pope Pius XII in the Fascist periods of the 20th century on the one hand, and his efforts towards saving the Jews of Europe, on the other.”⁸⁹ Nesse sentido, o autor alega que não pode confundir as questões diplomáticas trabalhadas por Pio XII e a tentativa dele em salvar vidas; então deve-se pensar como a diplomacia afetou nas decisões do papa em relação à causa judaica, se ele foi ou não negligente. O que o autor alega é que a diplomacia e os interesses políticos do Vaticano poderiam ter ofuscado a tentativa de salvar milhares de vida.

Fato interessante deste documento é que são utilizados e citados arquivos para a

⁸⁹ MCMANUS, Dennis. A Brief Note On the Significance of the “Graham Archives”. Washington, 1997. p. 2 Disponível em: <http://www.ptwf.org/Projects/Education/PPXII%20Document%20Page%20.htm> Acesso em: 15 jun 2010.

análise da questão, entre eles estão o *The Graham Archives*. Graham era um padre que deixou cerca de 250 caixas com diversos arquivos, separadas quase que por data e assunto⁹⁰. De acordo com o autor os principais assuntos de Graham eram:

(1) the relations of the Vatican to the Jewish community of Rome; (2) secret networks for the saving of Jewish lives, chiefly through religious orders and (3) relations between the Holy See and the episcopacies of other European nations on the question of Jewish protection.⁹¹

São dados exemplos dos arquivos de Graham, o primeiro trabalhado é a relação do Vaticano e as comunidades judaicas. O primeiro que ele cita dentro dessa discussão é a autobiografia de um rabino e testemunhas oculares de dentro do Vaticano que tiveram interações com o pessoal da Santa Sé para salvar vidas judaicas. O segundo que ele cita é um entrevista com uma mulher que alega que o papa fez uma ligação – na sua frente – para os nazistas e pediu que as prisões de deportações de judeus em Roma parassem imediatamente⁹². O terceiro é uma entrevista com Prince Pacelli em março de 1968, onde o mesmo alega que o papa teria vendido a transfiguração de Rafael para dar alimento à população judaica romana que passava fome naquele momento, mas não foi preciso fazer isso, uma vez que o Vaticano teve economias necessárias para alimentar a população judaica romana. O último citado no documento é um arquivo que mostra o telegrama falando a respeito de deportações judaicas romanas em outubro de 1943; na ocasião Pio XII faz um protesto ao embaixador alemão que ajuda a travar as deportações e assim muitos judeus foram libertados pela Gestapo dois dias depois.

O segundo assunto do arquivo de Graham trabalhado pelo autor é com relação a salvação de judeus através de ordens religiosas: o primeiro exemplo citado é redigido pelo próprio Graham com uma entrevista sua com Madre Pasqualina e na tentativa da mesma em enviar comidas aos judeus que estavam escondidos no convento. Segundo ainda Graham havia muitas casas religiosas e conventos que escondiam judeus, e claro, com a aprovação papal; o segundo exemplo cita um padre e seus esforços de salvar os judeus em Roma; o último exemplo fala do padre Lopinot que procurou trabalhar para a libertação de judeus sempre na direção da Santa Sé.

O terceiro assunto do arquivo de Graham está ligado a questões do episcopado de outros países e a Santa Sé sobre a questão da proteção judaica. O primeiro exemplo citado

⁹⁰ Trata-se de arquivos relacionados ao tema discutido.

⁹¹ Ibid., p. 4

⁹² A mulher – não identificada – soube através de um amigo da Gestapo que milhares de judeus foram deportados de madrugada em Roma, ao saber disso ela ligou para o secretário pessoal de Pio XII que a aconselhou a ir ao Vaticano conversar com ele. Ela foi recebida por Pio XII que interferiu na questão.

trata-se de uma condenação da Santa Sé à Eslováquia – Padre Tiso (chefe do governo) – a deportação de judeus no início de 1943; o segundo, Graham fala a respeito de cabos que eram utilizados para a comunicação entre o Pio XII – protestos feitos pelo papa em relação às atrocidades nazistas - e os nazistas. Ele fala ainda de um cabo que em 1944 fala a respeito de civis que estavam sendo presos e deportados na Alemanha; o último trata-se de uma conversa entre o papa e o seu secretário, onde o ele queima um documento que serviria apenas para matar mais judeus.

Diante desses exemplos, o autor fala que é preciso que os historiadores verifiquem e pesem os arquivos de Graham, sendo que esses estudiosos podem, a partir daí, estabelecer o registro histórico entre Pio XII e os judeus, e também aqueles estudos que podem ser anulados.

Ademais, o autor continua argumentando sobre as ajudas que as ordens religiosas prestaram à população judaica em Roma contra o extermínio nazista. Foi citado um exemplo acima de Graham, mas segundo o autor, podem existir documentos que comprovem diversas ajudas, juntamente com o Vaticano, aos judeus. Nessa perspectiva, ele cita exemplos da Escola Cristã, onde o irmão Robert ajudou a administrar uma rede de casas seguras que servia para salvar judeus; de acordo com o manuscrito do Frei Robert tudo isso foi feito com a aprovação papal e conseguiu salvar muitas vidas.

Já na conclusão do seu trabalho, o autor fala da importância dos arquivos estudados e que eles não podem ser superestimados, uma vez que demonstram várias tentativas de salvar os judeus, e com o apoio de Pio XII.

Ainda mencionando os documentos da fundação *Pave the Way*, destaca-se a interessante placa⁹³ que a comunidade judaica italiana colocou para homenagear Pio XII em março de 1946:

The Jews to His Holiness Pius XII:
The Congress of Delegates of the Italian Israelite communities, held in Rome for the first time after the Liberation, is obliged to pay tribute to Your Holiness, and to express the deepest sense of gratitude from all Jews, for the show of human brotherhood by the Church during the years of persecution and when their lives were put in danger by the Nazi-Fascist atrocities. Many times, priests endured prison and concentration camps and even sacrificed their lives to aid the Jews. Such proof that the sense of goodness and charity still drives the just has served to lessen the shame of the indignities endured, the torment of the losses millions of human beings suffered. Israel has not finished suffering: the Jews will always remember what the Church,

⁹³ Trata-se de uma placa para homenagear Pio XII, onde os judeus agradecem ao papa pela ajuda durante o período de perseguição.

under orders from the Popes, did for them in that dreadful time.
⁹⁴

No site da fundação *Pave the Way* há o inédito memorial das freiras do convento agostiniano *Santi Quattro Coronati* em Roma, onde há menção pelas freiras da invasão dos alemães em Roma para a perseguição dos judeus, fala se das atrocidades cometidas pelos nazistas em relação aos judeus – como era feita a perseguição. Então o papa comovido por aquela situação e com a intenção de salvar todos aqueles que precisam de ajuda, inclusive os judeus, ordena que os conventos e claustros devam abrigar os perseguidos:

In this painful situation the Holy Father wants to save his children, also the Jews, and orders that hospitality be given in the convents to these persecuted, and that the cloisters must also adhere to the wish of the Supreme Pontiff, and, from the day of 4 November, we lodge the persons listed below up to the following 6 June.⁹⁵

⁹⁴ Placard placed by the Italian Jewish Community to honor Pope Pius XII, Roma, 1946. Disponível em: <http://www.ptwf.org/Downloads/Italian%20Jewish%20Community%20Placard.pdf>. Acesso em: 20 jun 2010

⁹⁵ The unpublished memorial of the Augustinian nuns of the convent of the Santi Quattro Coronati in Rome, Roma, 1942, 1943, 1943. p. 2. Disponível em: <http://www.ptwf.org/Downloads/0Rome.pdf>. Acesso em: 22 jun 2010.

Além destes exemplos, pode-se citar o livro *The myth of Hitler's Pope: how Pope Pius XII rescued Jews from the Nazis*, do autor David G. Dalin, que também contrapõe as ideias de Cornwell e daqueles que apontam Pio XII como um papa omissos em relação ao sofrimento judeu no regime nazifascista. Esse autor fala a respeito da admiração que Pio XII teve durante o seu pontificado e anos depois de sua morte, fala que inclusive muitos judeus o admiravam. Dalin, afirma então que foi a partir de 1963 que isso começou a mudar e o papa começou a ser visto como um insensível diante do sofrimento dos judeus no período nazista. Todavia o autor diz que muitos historiadores e judeus saíram em defesa do papa e alegaram que ele salvou milhares de judeus e um deles - Jeno Levai, um historiador judeu - falou até que em 1944 não havia uma Instituição da Igreja católica em Budapeste que não abrigava judeus refugiados do Regime nazista.

O autor cita ainda o livro de Cornwell, *O papa de Hitler*, que segundo Dalin torna Pio XII um adepto ao nacional-socialismo e um omissos às ideias raciais do regime nazista. O autor procura então demonstrar no seu livro o contrário daquilo que alega Cornwell, ele tenta defender Pio XII e mostrar como o papa tentou salvar os judeus do nazismo. Ele faz referência a milhares de tentativas de Pio XII para abrigar e esconder judeus das perseguições nazistas; ele cita até um exemplo de 20 mil de eslovacos que escaparam da prisão e da deportação graças à intervenção de Pio XII. Além disso, ele fala também da invasão nazista em Roma e afirma que o papa interveio diretamente na deportação dos judeus romanos e procurou abrigá-los e escondê-los por toda a cidade para evitar assim as prisões. Então, de acordo com Dalin, muitos judeus romanos foram salvos graças à intervenção de Pio XII; ele cita também exemplos de judeus que agradeceram diretamente ao papa pela ajuda dada durante o regime nazista. Ademais o autor fala ainda dos representantes da Igreja que também ajudaram a salvar muitos judeus e afirma que tudo foi feito com o apoio e aprovação papal. Outro aspecto trabalhado pelo autor é a respeito dos discursos que Pacelli fez na Alemanha enquanto era núncio e que a maioria deles denunciava as atrocidades do nacional-socialismo. O autor alega que as acusações feitas ao Pio XII tinham como objetivo esmagar o catolicismo e fazer mudanças dentro Igreja Católica.

A partir desta polêmica colocada pelos historiadores e pesquisadores do tema, persistem as dúvidas. O que é possível afirmar, portanto, sobre as atitudes de Pio XII diante dos judeus?

Considerações finais:

A partir do assunto discutido ao longo do presente trabalho, é possível dizer que, ao contrário das perspectivas "realistas", Pio XII pode ter tido uma postura *dupla* em relação aos judeus e ao holocausto. Ora ele pode ter ajudado a proteger os judeus, ora ter se silenciado sobre o holocausto.

Para explicar este argumento, aparentemente sem sentido, pode-se fazer uma breve comparação com a postura dupla da Igreja Católica durante a ditadura militar brasileira, a partir da pesquisa realizada pelo autor Kenneth Serbin.⁹⁶ Assim como diversos autores alegaram que a Igreja Católica poderia ser a principal ameaça ao regime nazista, Serbin alegou que os bispos católicos eram a principal ameaça ao regime militar brasileiro. Por outro lado, o autor também menciona a criação de laços cada vez mais fortes entre a Igreja e o Estado militar, ainda que muitos cristãos brasileiros fossem perseguidos pelo regime, causando problemas pontuais entre a Igreja Católica e os militares, o que acabou gerando diferenças ideológicas dentro da Igreja. Nesse sentido, o autor fala a respeito da posição da Igreja perante o regime militar brasileiro e fala também das questões ligadas à omissão por parte da Igreja Católica diante da violência da ditadura militar – o autor chama a atenção para o fato de que muitos bispos tinham a preocupação de não perderem os privilégios e também com as questões políticas ligadas a Igreja, pois, apesar de toda a violência do Estado, havia uma preocupação em manter as boas relações com o Estado –, mas também de como essa mesma instituição ajudou muitos perseguidos do período, protegendo os pobres e os molestados, além de denunciar também as atrocidades cometidas contra os direitos humanos. A participação da Igreja na chamada Comissão Bipartite, durante o auge da repressão da ditadura militar brasileira, exprime bem a postura dupla da instituição, nas palavras do autor:

Os bispos reconheciam a necessidade de exercitar um controle maior sobre o clero e de cooperar com os militares para evitar situações politicamente sensíveis. (...) Os bispos, no entanto, também queriam que as forças armadas demonstrassem boa vontade com a Igreja. (...) as duas mais importantes instituições brasileiras precisavam uma da outra. (...) Os militares enfatizavam os perigos do comunismo, enquanto a Igreja apontava para a necessidade de justiça social. (...) Durante esse

⁹⁶ O autor Kenneth Serbin, em seu livro *Diálogos na Sombra*, discute sobre a atuação da Igreja na ditadura militar, que trata da postura dupla, ora apoiando os militares, ora negociando a libertação de presos políticos. Uma postura que pôde ter sido adotada pelo Pio XII durante o período nazifascista, de modo que isso pode ser dito a partir do que os autores discutem a respeito do tema trabalhado. SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

período a CNBB tornou-se “a voz dos que não têm voz”, ao defender as vítimas da tortura e os pobres. A crítica pública da Igreja contra o governo militar e sua defesa dos direitos humanos e da igualdade social alcançaram destaque internacional. (...) A bipartite era um excelente estudo de caso, para o exame de interesses políticos, morais e especialmente institucionais no comportamento da Igreja.⁹⁷

Como já foi dito, essas questões trazidas por Serbin podem ser aproximadas ao que foi discutido em todo esse trabalho, considerando suas devidas proporções e diferenças históricas. Este exemplo serve, de qualquer maneira, para ilustrar como uma instituição como a Igreja Católica pode muitas vezes apoiar um governo violento e proteger aqueles que são perseguidos por tal governo.

Vale lembrar que foram colocados nesse trabalho diferentes posicionamentos de autores em relação à postura de Pio XII, ou ainda, da Igreja Católica no período de atuação dos regimes nazifascistas. Alguns autores acreditam que o papa foi totalmente omissivo – mesmo sabendo de tudo o que ocorria – aos horrores nazifascistas. Já outros autores saíram em defesa do papa e da Instituição como um todo, já que vários clérigos participaram da proteção dos perseguidos nazistas e alegaram que o papa fez tudo o que foi possível para proteger aqueles que eram molestados pelas atrocidades nazifascistas.

Então, nesse sentido, podem surgir as seguintes questões: Por que é necessário ter uma conclusão única sobre a postura de Pio XII? Por que os historiadores insistem em fazer coincidir a imprevisibilidade das atitudes humanas com uma escrita da história que não contemple tal ambiguidade? Claro está que estas questões talvez não possam ser respondidas satisfatoriamente neste trabalho, mas, lembrando Rancière, “o tempo é sem relação com a verdade; em segundo lugar, o acontecimento é sem relação com o possível; em terceiro lugar, o real é sem relação com o realismo”.⁹⁸

² Ibid., p. 34-48.

⁹⁸ RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 252.

Referências bibliográficas:

- ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BLET, PIERRE, SJ. Pius XII and the Second World War: According to the Archives of the Vatican. Translated by Lawrence J. Johnson. New York: Paulist Press, 1999
- CONWAY, S. The Nazi Persecution of the Churches In: *Political Science Quarterly*. Vol. 86, No. 2 (Jun., 1971) . Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2148047>>. Acesso em: 01 jun.2010.
- CORNWELL, John. O papa de Hitler: A história secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000.
- KENT, George O. Pope Pius XII and Germany: Some Aspects of German-Vatican Relations, 1933-1943. American Historical Association, EUA, The American Historical Review, Vol. 70, Nº. 1. 1964. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1842098> Acesso em: 05 jun 2010.
- LEWY, Guenter. Pius XII and the Third Reich: A Documentation by Saul Friedlander. In: *Political Science Quarterly*. The Academy of Political Science, EUA, Vol. 81, No. 4 (Dec., 1966), p. 680-682. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2146939>. Acesso em : 29 maio 2010.
- LEWY, Guenter. THE CATHOLIC CHURCH AND NAZI GERMANY In: RODES, John E. *The Journal of Modern History*. The University of Chicago Press, EUA, Vol. 37, No. 2, 1965. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1878380>. Acesso em: 01 jun 2010.
- MCMANUS, Dennis. A Brief Note On the Significance of the “Graham Archives”. Washington, 1997. Disponível em: <http://www.ptwf.org/Projects/Education/PPXII%20Document%20Page%20.htm> Acesso em: 15 jun 2010.
- MORLEY, John F. Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust, 1939-1943. *The American Historical Review*, EUA, Vol. 86, No. 1, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1872961>. Acesso em 02 jun 2010.
- PAXTON, Robert O. Anatomia do Fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PHAYER, Michael. The Catholic Church and the Holocaust, 1930-1965. *The American Historical Review*, EUA, Vol. 106, No. 4, p. 1449-1450, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2693098>> Acesso em: 02 jun 2010

Placard placed by the Italian Jewish Community to honor Pope Pius XII, Roma, 1946.
Disponível em:

<http://www.ptwf.org/Downloads/Italian%20Jewish%20Community%20Placard.pdf>.

Acesso em: 20 jun 2010

RANCIÈRE, Jacques. Os enunciados do fim e do nada. In: _____. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995; RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ROCHA, Ruth. Minidicionário. São Paulo: Editora Scipione. 1995.

Silva, Francisco Carlos Teixeira da. O Holocausto e o Vaticano: um silêncio doloroso. In: http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge LUIZ & ZENHA, Celestina (Org.). O século XX. O tempo das Crises (Revoluções, Fascismos e Guerras). . Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

XII, Pio. COM SEMPRE NUOVA FRESCHEZZA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998.

The unpublished memorial of the Augustinian nuns of the convent of the Santi Quattro Coronati in Rome, Roma, 1942, 1943, 1943. Disponível em: <http://www.ptwf.org/Downloads/0Rome.pdf>. Acesso em: 22 jun 2010.

XII, Pio. ECCO ALFINE TERMINATA in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998.

XII, Pio. LA SOLENNITÀ DELLA PENTECOSTE in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998.

XII, Pio. NELL'ALBA E NELLA LUCE in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998.

XII, Pio. SUMMI PONTIFICATUS in Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1998.